

Aula 00 – Seguridade Social

Prof. Jessica Campos



Sumário

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO	2
SEGURIDADE SOCIAL	5
O QUE É A SEGURIDADE SOCIAL?	5
ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL	9
COMO É A ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL?	9
<i>Saúde</i>	<i>13</i>
<i>Previdência Social</i>	<i>19</i>
<i>Assistência Social</i>	<i>26</i>
CUSTEIO	33
<i>Custeio da Saúde e da Assistência Social – normas constitucionais de destaque</i>	<i>46</i>
LEGISLAÇÃO	49
QUESTÕES COMENTADAS PELO PROFESSOR	59
LISTA DE QUESTÕES	89
GABARITO	100
RESUMO DIRECIONADO	102

Apresentação

Olá! Sou a professora Jessica. Bem-vindo ao curso de Seguridade Social para Técnico do INSS!

Sou Advogada, iniciei a minha jornada nos concursos públicos no ano de 2015, mas somente obtive a minha primeira aprovação em 2018, para o cargo de Escrevente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Posteriormente, fui aprovada para os cargos de Analista Jurídico do Ministério Público de São Paulo, Procurador do Município de Piratininga-SP e Analista Judiciário Área Judiciária do TRF da 3ª Região.

O presente curso tem como foco o conteúdo do último edital para Técnico do Seguro Social lançado no ano de 2015 pela banca CESPE/CEBRASPE. Porém, como já se passou um bom tempo desde o último edital teremos como prioridade questões das duas últimas bancas organizadoras do concurso: CESPE/CEBRASPE e FCC.

Não se preocupe, quando seu edital for lançado, todo seu material será atualizado a fim de direcioná-lo para a banca escolhida.

Neste material você terá:

Curso completo em VÍDEO

teoria e exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Curso completo escrito (PDF)

teoria e MAIS exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Acesso direto ao professor

para você sanar suas dúvidas DIRETAMENTE conosco sempre que precisar

Caso tenha alguma dúvida, pode enviá-la para o meu e-mail ou para o fórum de dúvidas presente na plataforma do aluno:



jeessica05@hotmail.com

Que tal iniciarmos o nosso estudo AGORA? Nesta aula demonstrativa, separei o primeiro tópico do edital.

Seguridade Social. Origem e evolução legislativa no Brasil*. Conceituação. Organização e princípios constitucionais*.

Pois bem, ele consiste na parte introdutória da disciplina Seguridade Social, ademais, envolve o estudo dos artigos 194 a 204, da Constituição Federal de 1988.

Muita atenção, porque com esta aula ficará muito fácil entender o sistema da seguridade social, bem como resolver inúmeras questões de prova.

* A origem e a evolução legislativa no Brasil, bem como os princípios constitucionais, serão estudados na aula seguinte.

Vamos lá! Boa aula!

Seguridade Social

O que é a Seguridade Social?

O edital da CESPE (CEBRASPE) para Técnico do INSS de 2015 divide a temática do que será estudado da seguinte forma:

1 Seguridade Social.

1.1 Origem e evolução legislativa no Brasil.

1.2 Conceituação.

1.3 Organização e princípios constitucionais.

Primeiro, é preciso que você entenda o que é a Seguridade Social.

Para tanto, vamos analisar o conceito dado pela própria Constituição Federal de 1988, presente no artigo 194. E, dessa forma, você também começa a incluir em seus hábitos a leitura dos dispositivos legais.

Mas, primeiro, faça um breve exercício: qual a imagem que vem a sua cabeça quando você pensa em **Seguridade Social**?

Agora, veja o texto constitucional:

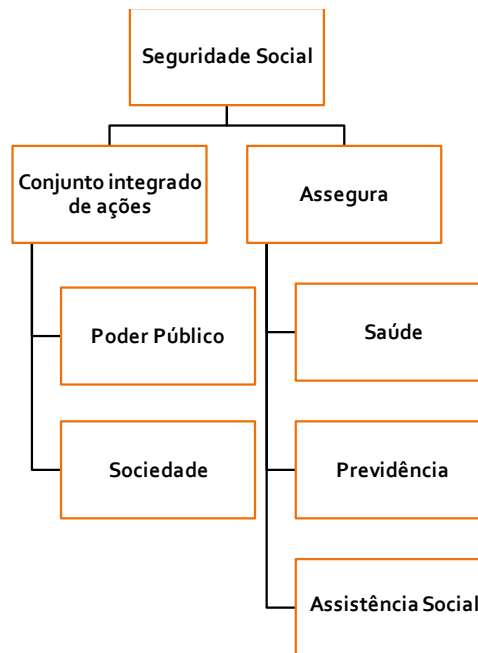
Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Pois bem, a seguridade social engloba os direitos à saúde, à previdência e à assistência social e isso vai ocorrer por meio de ações tanto do Poder Público quanto da sociedade.

Foi o que você imaginou quando pensou em seguridade? Talvez, não. E está tudo bem, porque é muito fácil relacionar apenas com a previdência, com o INSS, com os benefícios previdenciários.

No entanto, o capítulo constitucional da seguridade social engloba as seções da saúde, da previdência e da assistência.

Observe o conceito esquematizado:



Algumas questões cobram apenas o conhecimento desse conceito:

QUADRIX – COFECI – 2017) Com relação à ordem social e à seguridade social, julgue o próximo item conforme a CF.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos, sem a participação da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A banca da questão possui um sistema muito semelhante ao CESPE na realização de suas provas.

Viu como a questão cobrou exatamente o conhecimento da lei?

O que torna essa questão errada é dizer que na seguridade social não há participação da sociedade.

Lembre-se de que a seguridade será formada por um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade.

Resposta: ERRADO

CESPE/CEBRASPE – DPE-DF – 2013) Julgue os itens a seguir, relativos à seguridade social e a acidente do trabalho.

Nos termos da CF, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência e à assistência social.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Novamente está sendo cobrado o texto constitucional.

Perceba que o erro da questão está em afirmar que a seguridade destina-se a assegurar, exclusivamente, os direitos relativos à previdência e à assistência social.

Na verdade, a seguridade irá assegurar os direitos relativos à **SAÚDE**, à **PREVIDÊNCIA** e à **ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Resposta: ERRADO

FCC - INSS – 2012) É correto afirmar que a Seguridade Social compreende

- A) a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social.
- B) a Assistência Social, o Trabalho e a Saúde.
- C) o Sistema Tributário, o Lazer e a Previdência Social.
- D) a Educação, a Previdência Social e a Assistência Social.
- E) a Cultura, a Previdência Social e a Saúde.

RESOLUÇÃO:

Agora, você, automaticamente, consegue relacionar a seguridade social aos seus três ramos, quais sejam: saúde, previdência e assistência social.

Resposta: A

CESPE/CEBRASPE – FUB - 2011) Com relação à legislação da previdência social, julgue os itens subsequentes.

A seguridade social, destinada a assegurar o direito relativo à saúde e à assistência social, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Mais uma vez, o conceito previsto na Constituição Federal foi exigido.

Vamos dividir a resolução da questão em duas partes.

Primeira parte: "A seguridade social, destinada a assegurar o direito relativo à saúde e à assistência social ..."

Essa parte inicial não pode ser tida como errada, porque ela simplesmente afirmou que a seguridade social assegura os direitos à saúde e à assistência social. Não usou palavras como somente, exclusivamente ou apenas, o que teria tornado esse trecho incorreto.

Segunda parte: "... compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos."

Esse fragmento, por sua vez, está totalmente errado, pois afirma que o conjunto integrado de ações é de iniciativa exclusiva dos poderes públicos. Note que foi utilizado o termo "exclusiva".

No entanto, o correto é afirmar que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade.

Resposta: ERRADO

FCC - TCE-CE – 2015) Nos termos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, a Seguridade Social compreende um conjunto de ações

A) integradas e de iniciativa exclusiva do Poder Público Federal e da sociedade, com destinação de garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

B) independentes e centralizadas, de iniciativa privativa dos Poderes Públicos, visando exclusivamente à garantia de direitos relativos à previdência social.

C) integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

D) descentralizadas e concorrentes, de iniciativa privativa da União e dos Estados Membros, com objetivo de assegurar direitos relativos exclusivamente às áreas de previdência e assistência social.

E) integradas e de iniciativa privativa dos Poderes Públicos com destinação à garantia de direitos da previdência social, da saúde, da assistência social, da educação, cultura e desporto.

RESOLUÇÃO:

Mais uma questão que exige o conhecimento do art. 194, da CF/88.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Todas as alternativas, com exceção da letra C, embaralham o conceito trazido pelo artigo.

C) integradas de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Resposta: C

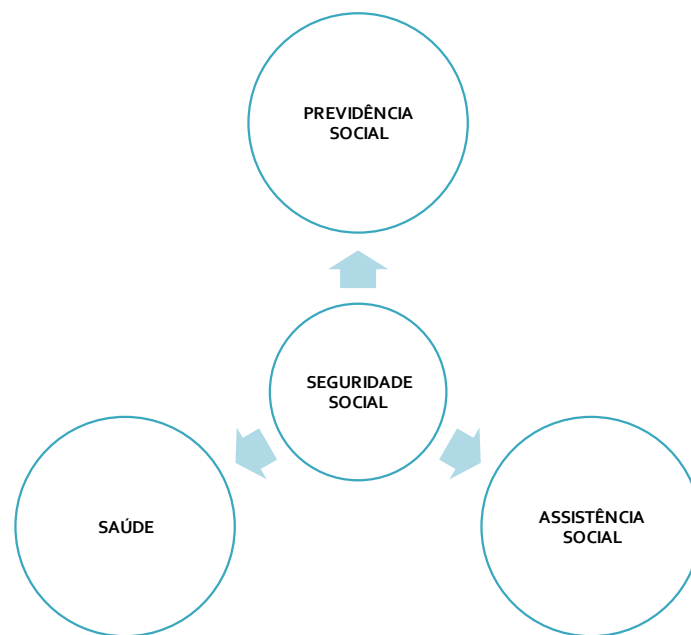
Pronto! Podemos iniciar a parte referente à Organização da Seguridade Social.

Organização da Seguridade Social

Como é a organização da Seguridade Social?

Sabemos que a Seguridade Social se divide em saúde, previdência e assistência social, vimos isso no momento inicial da conceituação. Cada um possui uma lei específica que os regulamenta.

- Saúde: Lei nº 8.080/90;
- Previdência Social: Lei nº 8.212/91, Lei nº 8.213/91 e Decreto nº 3.048/99;
- Assistência Social: Lei nº 8.742/93.



CESPE/CEBRASPE - SEBRAE-BA - 2008) Acerca da legislação trabalhista, tributária, comercial, previdenciária e societária, julgue o item subsequente.

Seguridade social é gênero que engloba Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Item correto.

A seguridade social é o gênero, o qual se divide em três espécies: previdência, assistência social e saúde.

Resposta: CERTO.

A quem compete organizar o sistema da seguridade social?

De acordo com o parágrafo único, do art. 194, da Constituição Federal, cabe ao Poder Público.

Ainda segundo o parágrafo mencionado, inciso VII:

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Isso significa que a gestão da seguridade terá a participação do Estado, dos empregados, dos empregadores e dos aposentados (**gestão quadripartite**), de modo a formar uma administração democrática e descentralizada. Referido inciso consiste em um dos princípios que regem a Seguridade Social.



Observe algumas questões que tentaram confundir o candidato quanto à gestão quadripartite da Seguridade Social.

CESPE/CEBRASPE - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) – 2013)

O princípio do caráter democrático da administração da seguridade social preconiza que sua gestão será quadripartite, com a participação da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

O item é incorreto, pois a gestão quadripartite traduz-se na participação dos empregados, empregadores, aposentados e do Governo, nos termos do art. 194, parágrafo único, inciso VII, da CF/88.

Resposta: ERRADO.

CESPE/CEBRASPE - AGU – 2015) No que diz respeito à seguridade social, julgue o item a seguir.

De acordo com a CF, a gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

☐ Certo

☐ Errado

RESOLUÇÃO:

Questão incorreta.

A gestão administrativa da seguridade social deve ser **QUADRIPARTITE**, o que significa dizer que será composta pelos trabalhadores, empregadores, aposentados e governo.

A questão deixou de lado os aposentados, lembre-se de que eles também fazem parte da gestão administrativa da seguridade social.

Resposta: ERRADO.

CESPE/CEBRASPE - Câmara dos Deputados – 2014) Acerca da seguridade social, julgue o item que se segue.

Embora a Constituição Federal de 1988 (CF) arrole entre os objetivos da organização da seguridade social o caráter democrático da administração, sua gestão está a cargo exclusivamente do governo federal.

☐ Certo

☐ Errado

RESOLUÇÃO:

Mais uma vez, a questão faz uma pegadinha com a gestão da seguridade social.

Portanto, não se esqueça de que a gestão é quadripartite, de modo que não está a cargo exclusivamente do governo federal.

Resposta: ERRADO.

Chegou o momento de estudarmos os ramos da seguridade social.

Saúde

Começando pela Saúde, prevista a partir do art. 196 da CF/88, a qual consiste em um direito de todos e um dever do Estado. Ademais, trata-se de um serviço de relevância pública.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ressalte-se que faz parte de uma rede regionalizada e hierarquizada, de modo que constitui um sistema único, o SUS que conhecemos.

A saúde segue algumas diretrizes, são elas: a descentralização, possuindo uma direção única em cada esfera de governo; o atendimento integral; e a participação da comunidade.

O art. 199 destaca vedações que podem ser objeto de prova:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

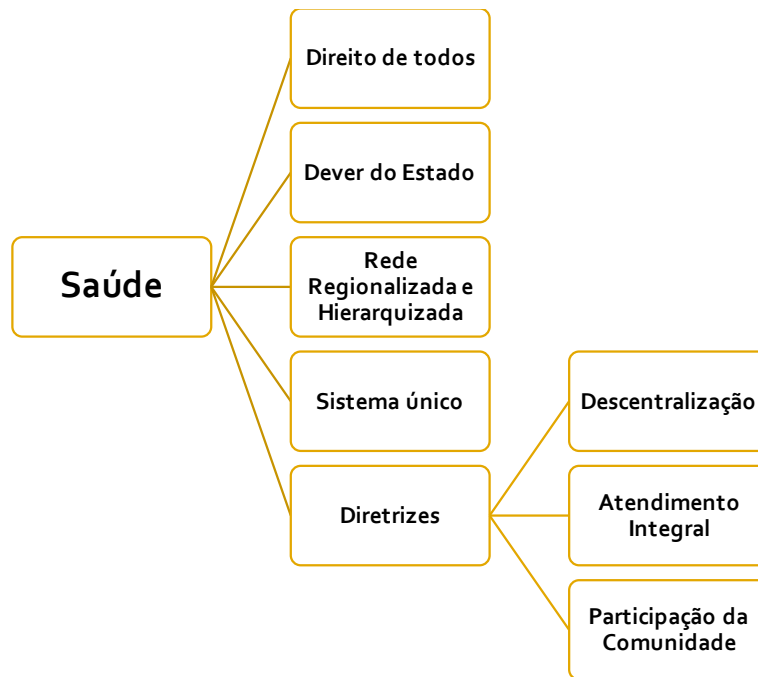
§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Portanto, não se esqueça de que as instituições privadas podem participar da saúde, porém, é proibida a disponibilização de recursos públicos para as que possuam fins lucrativos.

Contudo, será admitida a participação de referidas instituições de forma complementar ao SUS, o que deve ocorrer por meio de contrato de direito público ou convênio, caso em que terão preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Além disso, a atuação de capital estrangeiro na assistência a saúde não é permitida, ainda que ocorra de forma indireta, com exceção dos casos previstos em lei.



Iniciativa privada pode participar da assistência a saúde?

- SIM!

Entidades privadas com preferência para atuar de forma complementar ao SUS:

- Filantrópicas e sem fins lucrativos

Participação de empresas ou capitais estrangeiros na saúde:

- Regra: proibida.
- Exceção: hipóteses previstas em lei

Atenção!

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

*V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)*

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

As provas cobram a literalidade do dispositivo acima. Então, não tem jeito, você tem que ler e reler.

Não precisa ficar louco, achando que precisa decorar. Chegará um momento em que você lerá uma questão que contenha um desses incisos e, de certa forma, meio que intuitivamente, vai saber se o item está certo ou errado.

Resolva as questões abaixo:

CESPE/CEBRASPE- INSS – 2008) Em relação à seguridade social brasileira, sua organização e seus princípios, julgue o seguinte item.

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constitui um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A questão exige os pontos vistos anteriormente, os quais estão previstos no art. 198, da CF/88, veja:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Resposta: CERTO.

FCC - Prefeitura de Macapá – 2018) Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 200, compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- A) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- B) Colaborar na proteção do direito ao trabalho nele compreendido as relações trabalhistas dos profissionais de saúde.
- C) Caracterizar a formação de recursos humanos em áreas de vulnerabilidade social.
- D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento dos processos de trabalho em saúde relacionados aos diferentes níveis de atenção.
- E) Fiscalizar e inspecionar os produtos agropecuários e de origem natural.

RESOLUÇÃO:

A alternativa A possui exata correspondência com o art. 200, inciso IV:

Art. 200 [...]

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

Todas as outras trocam alguma palavra dos incisos do art. 200.

B) Colaborar na proteção do direito ao trabalho nele compreendido as relações trabalhistas dos profissionais de saúde. ERRADO.

O correto é colaborar na proteção do meio ambiente, conforme o inciso VIII.

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

.

C) Caracterizar a formação de recursos humanos em áreas de vulnerabilidade social. ERRADO.

Observe a forma correta:

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

D) Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento dos processos de trabalho em saúde relacionados aos diferentes níveis de atenção. ERRADO.

Na verdade, é desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. Veja o dispositivo:

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

E) Fiscalizar e inspecionar os produtos agropecuários e de origem natural. ERRADO.

Totalmente incorreto. Observe a forma correta:

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

Resposta: A

CESPE/CEBRASPE - DPU – 2016) A respeito da conceituação, dos princípios e das disposições constitucionais acerca da seguridade social, julgue o seguinte item.

A assistência à saúde deve ser exercida pelo poder público por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo admitida a participação da iniciativa privada de forma complementar, desde que esse serviço seja prestado por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

() Certo () Errado

RESOLUÇÃO:

Cuidado! Não é desde que esse serviço seja prestado por entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, referidas entidades terão preferência, o que torna a questão incorreta.

Resposta: ERRADO.

FCC - TRT - 15ª Região (SP)- 2018) O Direito universal à saúde deve ser garantido pelo Estado mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, com base, dentre outros, na previsão constitucional segundo a qual

A) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes próprias, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

B) o financiamento do Sistema Único de Saúde será efetivado integralmente com recursos do orçamento da seguridade social da União, responsável em assegurar o acesso universal e igualitário.

C) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado com vistas ao atendimento integral, excluídos os serviços assistenciais.

D) é vedado às instituições privadas com fins lucrativos participarem do Sistema Único de Saúde.

E) são de relevância pública as ações e serviços de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente pelo Poder Público ou por meio de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

RESOLUÇÃO:

A) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes próprias, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. ERRADO.

A participação em questão não ocorre segundo diretrizes próprias. Na verdade, deve respeitar as diretrizes do SUS. Veja o art. 199, §1º:

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

B) o financiamento do Sistema Único de Saúde será efetivado integralmente com recursos do orçamento da seguridade social da União, responsável em assegurar o acesso universal e igualitário. ERRADO.

O financiamento não é efetivado apenas com recursos do orçamento da seguridade social da União, porque, conforme o art. 198, §1º, incluem-se também os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

C) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado com vistas ao atendimento integral, excluídos os serviços assistenciais. ERRADO.

É incorreto dizer que os serviços assistenciais são excluídos.

O correto é: sem prejuízo dos serviços assistenciais. Observe o art. 198:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

D) é vedado às instituições privadas com fins lucrativos participarem do Sistema Único de Saúde. ERRADO.

A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. Além disso, as instituições privadas podem participar de forma **COMPLEMENTAR** ao SUS. O item é respondido com a combinação do art. 199 e seu parágrafo 1º:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

E) são de relevância pública as ações e serviços de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente pelo Poder Público ou por meio de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. CORRETO.

É o que dispõe o art. 197, veja:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Resposta: E

CESPE/CEBRASPE - TCE-PE - 2017) Acerca da organização da seguridade social, julgue o item que se segue.

Os serviços de saúde integram as ações da seguridade social e poderão ser prestados diretamente pelo poder público e, mediante contrato ou convênio, pela iniciativa privada.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Os serviços de saúde fazem parte da seguridade social.

Além disso, podem ser prestados pelo poder público, bem como será admitida a atuação da iniciativa privada, mediante contrato de direito público ou convênio.

Resposta: CERTO.

Previdência Social

De acordo com o art. 201 da CF/88, a previdência é estruturada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Observe as situações atendidas pela previdência:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

Atente-se para o fato de que o inciso I foi alterado pela EC 103/2019, as bancas costumam cobrar apenas o texto do dispositivo quando ele é modificado. Não irei colocar a redação anterior para evitar que você se confunda. Portanto, lembre-se:

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Além disso, o inciso III inclui entre as hipóteses abrangidas pela previdência a situação do desemprego involuntário, o que pode te levar a pensar que o seguro-desemprego é pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Entretanto, trata-se de um benefício pago pelo Ministério do Trabalho.

Ainda quanto ao art. 201, embora somente o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tenha sido mencionado, não é o único regime previdenciário. Na realidade, são três os tipos de regime:

- Regime Geral de Previdência Social: de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
- Regime Próprio de Previdência Social: previsto pelo art. 40 da CF/88, consiste no regime dos servidores públicos estatutários. Ressalte-se que ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração pública direta ou suas autarquias e fundações públicas, empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empregados temporários, submetem-se ao RGPS.
- Regime de Previdência Complementar: nos termos do art. 202, da CF/88, é autônomo em relação ao RGPS, além disso, é facultativo e regulado por lei complementar.

Resolva a questão.

FCC - TRT - 20ª REGIÃO (SE) - 2016 – ADAPTADA) De acordo com a Constituição Federal, a previdência social será organizada

- A) sob a forma de regime essencialmente privado e atenderá, nos termos fixados em decreto legislativo, a proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- B) sob a forma de regime especial, de caráter não contributivo e de filiação facultativa.
- C) sob a forma de regime semitributário e atenderá, nos termos fixados em decreto legislativo, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário ou não.

D) com a observância, de critérios que preservem o equilíbrio entre os gêneros, a modicidade da contribuição e a autonomia da vontade individual.

E) sob a forma de regime geral e atenderá, nos termos de lei, cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.

RESOLUÇÃO:

A) sob a forma de regime essencialmente privado e atenderá, nos termos fixados em decreto legislativo, a proteção à maternidade, especialmente à gestante. ERRADO.

A proteção à maternidade, especialmente à gestante, é uma das hipóteses atendidas, porém, o correto é: nos termos da lei.

Ademais, conforme o art. 201, a previdência social será organizada sob a forma do regime geral.

B) sob a forma de regime especial, de caráter não contributivo e de filiação facultativa. ERRADO.

Tudo errado! O correto é regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.

C) sob a forma de regime semitributário e atenderá, nos termos fixados em decreto legislativo, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário ou não. ERRADO.

A previdência social engloba a proteção ao trabalhador em situação de **desemprego involuntário**. Além disso, a alternativa, mais uma vez, erra ao colocar outro tipo de regime que não seja o regime geral.

D) com a observância, de critérios que preservem o equilíbrio entre os gêneros, a modicidade da contribuição e a autonomia da vontade individual. ERRADO.

A previdência observa critérios que preservem o equilíbrio financeiro ou atuarial.

E) sob a forma de regime geral e atenderá, nos termos de lei, cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada. CORRETO.

A alternativa encontra sua resposta no art. 201, *caput*, e inciso I.

A questão originalmente trouxe a redação antiga do inciso I, portanto, adaptei esse trecho final à Emenda Constitucional 103/2019.

Resposta: E

Em regra, para a concessão dos benefícios será proibido aplicar critérios ou requisitos diferentes. No entanto, lei complementar pode autorizar idade, bem como tempo de contribuição, diferentes para segurado pessoa com deficiência ou para segurado exposto a condições prejudiciais à saúde.

Ademais, os benefícios que substituam o salário de contribuição ou a renda do segurado não podem ter valor inferior ao salário-mínimo.

Acrescente-se que os benefícios devem ser reajustados para preservar-lhes o valor real.

Muito cuidado! A banca pode tentar te confundir trocando a expressão “valor real” (ajuste que leva em consideração o valor da inflação) por “valor nominal” (considera apenas o valor numérico).

Agora, analise a seguinte situação: João é técnico do INSS, mas, ao mesmo tempo, é empregado, com carteira assinada, da faculdade de sua cidade, na qual trabalha como professor.

De qual regime João participa?

Por ser servidor do INSS (autarquia federal) participa do Regime Próprio de Previdência Social, entretanto, por ser empregado da faculdade também participa, concomitantemente, do Regime Geral de Previdência Social. De modo que não existe impedimento legal para essa hipótese.

Vejamos outra situação: Bernardo, técnico do INSS, descobre que seu colega, João, participa de dois regimes previdenciários e decide contribuir de forma facultativa para o RGPS.

A situação é permitida?

NÃO. Segundo o art. 201, § 5º:

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Além disso, o texto constitucional também veda a contagem de tempo fictício, o que significa a contagem de um tempo sem que o segurado tenha prestado seus serviços e contribuído para a previdência social.

Destaque-se que os trabalhadores de baixa renda e os sem renda própria, de família de baixa renda, que se dediquem ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência terão direito a aposentadoria concedida no valor de um salário-mínimo. Referidos segurados contribuirão com alíquotas diferenciadas, as quais serão estabelecidas mediante lei destinada à criação de um sistema especial de inclusão previdenciária.

Por fim, a EC 103/2019 incluiu o § 15 ao art. 201, o qual determina que as vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários serão estipuladas através de **lei complementar**.

Previdência Social

Regime Geral de
Previdência Social

Regime Próprio de
Previdência Social

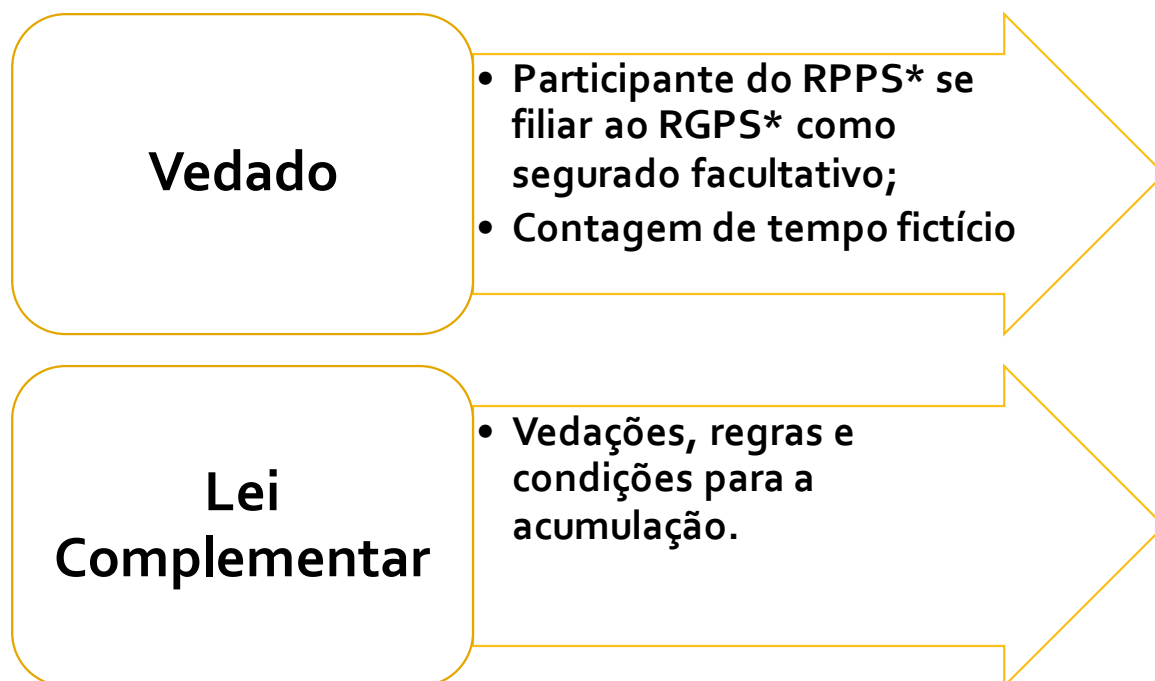
Regime de Previdência
Complementar

Previdência Social

Caráter Contributivo

Filiação Obrigatória

Estruturada sob a forma
do Regime Geral de
Previdência Social



* RPPS = Regime Próprio de Previdência Social

RGPS = Regime Geral de Previdência Social

Regime de Previdência Privada Complementar

O art. 202 trata das disposições referentes ao Regime de Previdência Privada Complementar, lembre-se de que referido regime será objeto de lei complementar, ademais, é facultativo e estruturado de forma autônoma ao RGPS.

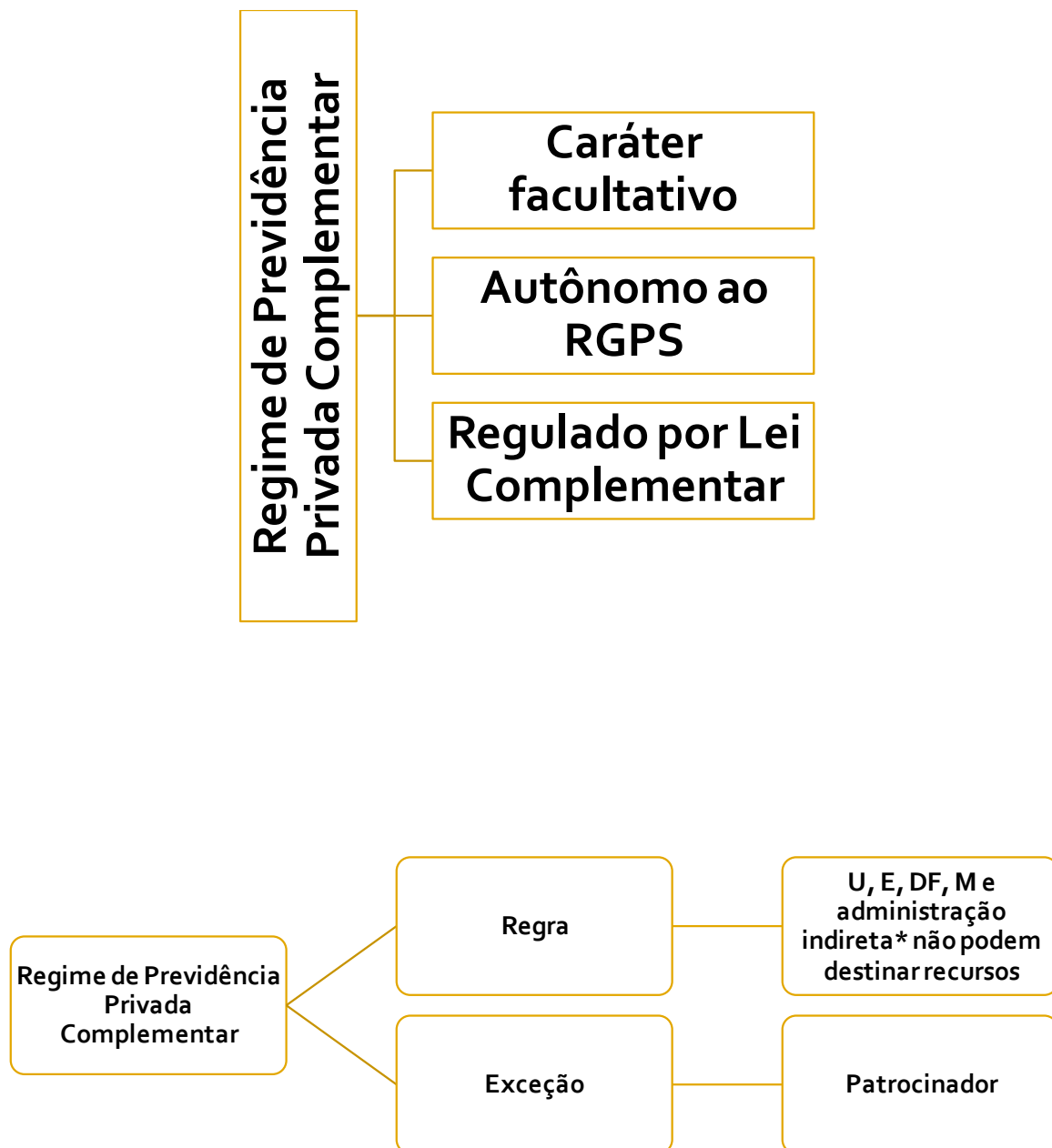
Os participantes constituem reservas que garantam o benefício contratado, diferentemente do que ocorre no RGPS.

Vamos diferenciar:

No RGPS a sua contribuição financia os benefícios previdenciários que estão sendo pagos hoje. Logo, quando alguém se aposenta, seu benefício é pago pelas contribuições dos trabalhadores que estão ativos. Referida sistemática se dá pelo princípio da solidariedade (seu estudo será aprofundado na aula seguinte).

Por outro lado, nos regimes de previdência complementar os participantes contribuem, de modo a criar uma reserva que, futuramente, se converterá no benefício por ele recebido.

Um ponto muito importante é a proibição da destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e entidades da administração indireta à entidade de previdência privada, exceto como patrocinador, contudo, nesse caso, a contribuição não pode exceder a do segurado.



* administração indireta = autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em seguida, temos uma questão que cobra as disposições constitucionais do Regime de Previdência Privada Complementar.

CESPE/CEBRASPE - FUNPRES-P-2016) Com relação à ordem social, ao processo legislativo, à advocacia pública e à ordem econômica e financeira, julgue o item seguinte.

Na qualidade de patrocinadora, a União federal pode aportar recursos financeiros a entidade de previdência privada. Se o fizer, sua contribuição normal não poderá exceder a do segurado.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A questão está correta.

Em regra, é vedado o aporte de recursos financeiros a entidade de previdência privada pela União.

No entanto, há uma exceção a referida regra, quando a União for patrocinadora. Nessa hipótese, a contribuição não pode ser superior a do segurado.

É o que dispõe o art. 202, § 3º, da CF/88:

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

Resposta: CERTO.

Assistência Social

Você deve saber que a Assistência independe de contribuição, diferentemente do que ocorre com a previdência social. Além disso, será prestada a quem dela necessitar.

Observe os objetivos presentes no art. 203:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Através desse ramo da seguridade, será garantido aos portadores de deficiência e aos idosos que não possuírem meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida por sua família o benefício mensal de um salário mínimo, conhecido como Benefício de Prestação Continuada (BPC). No que diz respeito à assistência, o BPC é o tema mais cobrado em provas. Ressalte-se que referido benefício é de caráter assistencial, porém, é pago pelo INSS.

Nota: o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os estrangeiros residentes no Brasil têm direito ao BPC (Recurso Extraordinário 587970).

Então, se a questão perguntar: De acordo com o STF, estrangeiros residentes no país têm direito ao Benefício de Prestação Continuada.

() CERTO () ERRADO

Resposta: CERTO

Ademais, lembre-se de que as ações da Assistência Social serão realizadas com os recursos da Seguridade Social, bem como têm por base as diretrizes da descentralização político-administrativa e da participação da população, conforme o art. 204:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Assistência Social

Não depende de
contribuição

Concedida a
quem necessita



Resolva as questões e veja como o tema é cobrado pelas bancas.

CESPE/CEBRASPE - Câmara dos Deputados – 2014) Acerca da seguridade social, julgue o item que se segue.

A previdência e a assistência social organizam-se com base em regime de caráter contributivo, razão pela qual somente serão prestadas aos segurados adimplentes com suas obrigações, diferentemente do direito à saúde, cujo atendimento independe de prévia contribuição por parte do beneficiário.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A previdência social se organiza com base em regime de caráter contributivo, de modo que, em regra, é prestado somente aos segurados adimplentes com suas obrigações.

Contudo, o mesmo não ocorre com a assistência social ou a saúde.

A assistência será concedida a quem dela necessitar, enquanto a saúde é um direito de todos, sendo que ambas independem de prévia contribuição.

Resposta: ERRADO.

FCC - FUNAPE – 2017) Sobre a Assistência Social a Constituição Federal de 1988 prevê:

A) Será organizada com base na descentralização político-administrativa, sendo que os seus benefícios serão concedidos independentemente de contribuição à seguridade social.

B) Não se enquadra, dentre os seus objetivos, a proteção à maternidade, que fica sob a responsabilidade concomitante da previdência social e da saúde pública.

C) Constitui obrigação dos Estados e Distrito Federal destinar recursos de sua receita tributária para financiar programas de inclusão social.

D) As ações sociais direcionadas a promover a integração ao mercado de trabalho devem partir exclusivamente da esfera federal, tanto na sua formulação, como na execução dos programas, eis que se trata de competência privativa da União.

E) A proteção à infância e adolescência, por haver legislação específica (Estatuto da Criança e Adolescente), não constitui objetivo da assistência social, sendo cuidada pelo Sistema Único de Saúde.

RESOLUÇÃO:

A) Será organizada com base na descentralização político-administrativa, sendo que os seus benefícios serão concedidos independentemente de contribuição à seguridade social. CORRETO.

Já temos nossa resposta. A descentralização político-administrativa é uma das diretrizes da assistência social. Ademais, referido ramo não depende de contribuição.

B) Não se enquadra, dentre os seus objetivos, a proteção à maternidade, que fica sob a responsabilidade concomitante da previdência social e da saúde pública. ERRADO.

A proteção à maternidade é um dos objetivos da seguridade social, conforme o art. 203, inciso I.

C) Constitui obrigação dos Estados e Distrito Federal destinar recursos de sua receita tributária para financiar programas de inclusão social. ERRADO.

Na verdade, constitui uma **FACULDADE** dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 204 [...]

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

D) As ações sociais direcionadas a promover à integração ao mercado de trabalho devem partir exclusivamente da esfera federal, tanto na sua formulação, como na execução dos programas, eis que se trata de competência privativa da União. ERRADO.

A elaboração de normas gerais cabe à esfera federal; a execução dos programas, por sua vez, cabe às esferas estaduais e às municipais, bem como às entidades beneficentes e às de assistência social.

E) A proteção à infância e adolescência, por haver legislação específica (Estatuto da Criança e Adolescente), não constitui objetivo da assistência social, sendo cuidada pelo Sistema Único de Saúde. ERRADO.

Embora possua legislação específica, a proteção à infância e adolescência constitui objetivo da assistência social. Observe, novamente, o art. 203:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Resposta: A

CESPE/CEBRASPE - DPU - 2016) Acerca das disposições constitucionais sobre a ordem social, julgue o item seguinte.

O dever do Estado de prestar assistência social a quem dela necessite independe da comprovação de contribuição à seguridade social.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Correto, a Assistência Social será concedida a quem dela necessitar, sem depender de contribuição.

Resposta: CERTO.

CESPE/CEBRASPE - Polícia Federal – 2018) A respeito dos direitos de ordem social, julgue o item que segue.

A assistência social, ao contrário da previdência social, é prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Exatamente!

Somente a previdência social será prestada mediante contribuição, os demais ramos da seguridade social independem de contribuição.

Resposta: CERTO.

CESPE/CEBRASPE - TCE-PE – 2017) Acerca da organização da seguridade social, julgue o item que se segue.

Pessoa com deficiência que não disponha de renda para prover suas necessidades terá direito a benefício assistencial mesmo que não tenha contribuído para a seguridade social.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Item correto.

Trata-se do Benefício de Prestação Continuada (BPC), referido benefício é assistencial e independe de contribuição prévia. Além disso, também pode ser disponibilizado aos idosos.

Resposta: CERTO.

Por último, vamos analisar as normas referentes ao custeio da seguridade social presentes na Constituição Federal.

Custeio

Como a Seguridade Social é financiada? A resposta está no artigo 195 da CF/88.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

Da análise do referido artigo é possível entender que a Seguridade é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta. A forma indireta consiste nos recursos provenientes do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A forma direta, por sua vez, constitui-se nas contribuições sociais, as quais se dividem em quatro modalidades:

- As contribuições sociais do empregador que incidem sobre a folha de pagamento, a receita ou o faturamento e o lucro. No entanto, as entidades beneficentes de assistência social que atenderem as exigências legais ficarão dispensadas de prestar contribuição nessa modalidade;

- As do trabalhador. Contudo, ressalte-se que as contribuições não podem recair sobre aposentadorias e pensões;
- As provenientes da receita de concursos prognósticos, que são os sorteios de números, de loterias;
- E, por fim, as devidas pelo importador.

Cuidado! Gestão Quadripartite e Tríplice Custeio dizem respeito a conceitos diferentes.

Gestão quadripartite: está relacionada à administração da seguridade social, da qual podem participar empregados, empregadores, governo, aposentados e pensionistas.

Tríplice custeio: trata-se do sistema de financiamento da seguridade social, do qual fazem parte os trabalhadores, os empregadores e o governo.

Com isso, você já consegue resolver algumas questões.

CESPE/CEBRASPE - TJ-AM – 2019) À luz da Constituição Federal de 1988 e das leis da seguridade social, julgue o item a seguir.

A seguridade social é financiada por toda a sociedade mediante, entre outros recursos, as contribuições sociais de empregadores e empregados e as receitas de concursos de prognósticos.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Exatamente o que dispõe o art. 195 da CF/88.

A Seguridade Social é financiada por toda a sociedade.

Ademais, as contribuições sociais são provenientes dos empregadores, trabalhadores, concursos prognósticos e importações.

Resposta: CERTO.

CESPE/CEBRASPE - PGE-AM – 2018) Julgue o próximo item, relativos à organização, aos princípios e ao custeio da seguridade social.

Constitui fonte de financiamento da seguridade social a arrecadação de contribuições sociais do importador de bens ou serviços do exterior.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

É o inciso IV, do art. 195, da CF/88.

O importador integra o sistema de custeio da Seguridade Social.

Resposta: CERTO.

FCC - FUNAPE – 2017) Acerca das fontes constitucionais de financiamento da Seguridade Social, é correto afirmar:

- A) A contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social é fonte de financiamento da Seguridade Social.
- B) A contribuição do exportador de bens ou serviços ao exterior é uma fonte de financiamento da Seguridade Social.
- C) O rendimento de trabalhador que preste serviços sem vínculo empregatício constitui fonte de financiamento da Seguridade Social.
- D) O lucro das empresas não é fonte de financiamento da Seguridade Social, apenas a receita e seu faturamento.
- E) O montante líquido arrecadado por concursos de prognósticos é fonte de financiamento da Seguridade Social.

RESOLUÇÃO:

A) A contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social é fonte de financiamento da Seguridade Social. **ERRADO.**

Lembre-se de que não incide contribuição sobre aposentadorias e pensões concedidas pelo regime geral de previdência social.

Quanto ao financiamento, impera a forma tríplice de custeio, segundo a qual contribuem os trabalhadores, os empregadores e o governo.

B) A contribuição do exportador de bens ou serviços ao exterior é uma fonte de financiamento da Seguridade Social. **ERRADO.**

As bancas sempre trocam importador por exportador.

A contribuição do importador de bens ou serviços do exterior é uma fonte de financiamento da Seguridade Social, conforme o art. 195, inciso IV.

C) O rendimento de trabalhador que preste serviços sem vínculo empregatício constitui fonte de financiamento da Seguridade Social. **CORRETO.**

Observe a redação do art. 195, inciso I, alínea a:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

O dispositivo menciona que “mesmo sem vínculo empregatício” haverá a incidência de contribuições sobre os salários da pessoa que presta serviço à empresa.

Observação: a parte indicada em número romano é chamada de inciso; a indicada por letra é chamada de alínea.

D) O lucro das empresas não é fonte de financiamento da Seguridade Social, apenas a receita e seu faturamento. ERRADO.

A receita e o faturamento, bem como o lucro, são fontes de financiamento da Seguridade Social.

E) O montante líquido arrecadado por concursos de prognósticos é fonte de financiamento da Seguridade Social. ERRADO.

Na verdade, o texto constitucional cita a receita de concursos prognósticos, não o montante líquido.

Resposta: C

CESPE/CEBRASPE - PGE-PE – 2019) Acerca da seguridade social, julgue os item seguinte.

Uma fonte de custeio da seguridade social é a receita oriunda da realização de sorteios de números ou outros símbolos pelo Poder Público ou por sociedades comerciais ou civis.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Lembre-se de que recai contribuição social sobre a receita de concursos prognósticos, que são os sorteios de números ou outros símbolos realizados pelo Poder Público ou por sociedades comerciais ou civis.

Como exemplo, recorde-se da Mega Sena.

Resposta: CERTO.

CESPE/CEBRASPE - INSS – 2016) No que concerne à disciplina constitucional relativa à seguridade social, julgue o próximo item.

Sobre a receita de loterias, apostas e sorteio de números incidirá contribuição social destinada a financiar a seguridade social.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Viu como a banca adora esse tema?

Na questão anterior do ano de 2019 foi cobrado o mesmo assunto.

Resposta: CERTO.

CESPE/CEBRASPE - TJ-DFT – 2019) De acordo com a Constituição Federal de 1988, são isentos(as) de contribuições para a seguridade social os(as)

A) partidos políticos que tenham registro regular no Tribunal Superior Eleitoral.

B) sindicatos de trabalhadores.

C) instituições de educação e ensino devidamente registradas no Ministério da Educação.

D) templos de qualquer culto e as confederações religiosas.

E) entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

RESOLUÇÃO:

São isentas de contribuições para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei, conforme o art. 195, § 7º, da CF/88.

Resposta: E

Atenção! A banca pode tentar te confundir afirmando que incidem contribuições sociais sobre aposentadorias e pensões e sobre as exportações. Nesses casos, a questão estará incorreta. As contribuições sociais são devidas pelo trabalhador e pelo importador.

Ademais, é necessário mencionar que nas contribuições devidas pelo trabalhador poderão ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, isto é, as alíquotas serão maiores para os que tenham um salário de contribuição maior. Veja como foi cobrado na questão a seguir:

CESPE/CEBRASPE - STJ – 2018) A respeito do regime geral da previdência social e do custeio da seguridade social, julgue o item que se segue, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

A alíquota incidente sobre o salário de contribuição do segurado empregado não sofre interferência do valor da sua remuneração, pois, em atenção ao princípio da isonomia, a todos se aplica o mesmo percentual.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Questão incorreta.

As alíquotas sofrem interferência do valor da remuneração.

Porém, vale ressaltar que tal fato não desrespeita o princípio da equidade na forma de participação no custeio, que será estudado na próxima aula.

Por fim, lembre-se de que isonomia e equidade não são iguais.

Resposta: ERRADO.

As fontes de custeio expostas podem não ser as únicas, porque, segundo o texto constitucional, a lei poderá instituir outras fontes de custeio, a fim de manter e expandir a Seguridade Social. Contudo, referidas fontes deverão ser criadas por meio de Lei Complementar, de modo que não podem ser cumulativas, bem como não podem ter fato gerador ou base de cálculo igual aos já mencionados pela Constituição.

Destaque-se que as contribuições sociais somente podem ser exigidas depois de noventa dias da data da publicação da lei que as instituiu ou modificou.

Ainda no que diz respeito às contribuições sociais, mais precisamente às devidas pelo empregador, as alíquotas poderão ser diferentes em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. A EC 103/2019 acrescentou que no caso da receita ou faturamento e do lucro são autorizadas a adoção de bases de cálculo diferenciadas.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Quanto às receitas advindas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a Seguridade Social, é preciso que você saiba que não integram o orçamento da União.

Além disso, embora o orçamento dos ramos da Saúde, da Previdência e da Assistência seja elaborado de forma integrada, cada um desses ramos possui a gestão dos seus próprios recursos.

De acordo com o art. 195, § 5º, os benefícios ou serviços apenas podem ser criados, majorados ou estendidos com a correspondente fonte de custeio total, o que é conhecido como princípio da contrapartida.

No que diz respeito ao pagamento das contribuições, os parágrafos 3º e 11 merecem destaque:

Art. 195 [...]

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Vamos ilustrar: No procedimento licitatório realizado pelo Município CDE, inscrevem-se as empresas Z, X, Y e W. Ao verificar a documentação na fase inicial de habilitação, percebe-se que a empresa Y não recolheu as contribuições sobre as remunerações de seus funcionários nos últimos três anos.

A empresa Y não poderá continuar no procedimento licitatório, será desclassificada. O poder público não poderá contratar com ela, ademais, referida empresa também está impedida de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Nota: A EC 106/2020 determinou que, durante a vigência da calamidade pública nacional (em razão da pandemia da COVID-19), o §3º do art. 195 não será aplicado.

O dispositivo não foi revogado.

O texto constitucional também vedou a remissão e a anistia - ambas consistem, de forma resumida, no perdão da dívida - das contribuições devidas pelo empregador sobre a folha de salários, bem como a devida pelo próprio trabalhador. A EC 103/2019 adicionou o impedimento da concessão da moratória (aumento do prazo para pagamento) e do parcelamento por prazo superior a sessenta meses.

Por fim, é necessário explicar a forma como a Constituição determinou as contribuições dos segurados especiais.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Os trabalhadores citados pelo artigo são chamados de segurados especiais e contribuem sobre o valor da comercialização de seus produtos. Essa forma de contribuição é completamente diferente da realizada pelos segurados empregados, os quais recolhem contribuição sobre o valor do próprio salário.

Nos itens abaixo vamos observar como a banca vem cobrando os assuntos.

CESPE/CEBRASPE - PGM – 2018) Julgue o próximo item, relativo à organização, aos princípios e ao custeio da seguridade social.

Por força da regra da contrapartida, os benefícios e serviços da seguridade social somente poderão ser criados, majorados ou estendidos se existente a correspondente fonte de custeio total.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

O item descreve muito bem o que é o princípio da contrapartida. A previsão legal encontra-se no art. 195, § 5º, da CF/88:

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Ou seja, os benefícios ou serviços da Seguridade Social precisam ter uma fonte de custeio total para que possam ser criados, majorados ou estendidos.

Atenção! A banca pode trocar custeio total por parcial, o que tornará a questão incorreta.

Resposta: CERTO.

CESPE/CEBRASPE - FUNPRES-P-EXE – 2016) Acerca das receitas destinadas ao custeio do RGPS e do prazo decadencial ou prescricional para a cobrança dos créditos pertinentes, julgue o próximo item.

As receitas para a seguridade social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios provêm de seus respectivos orçamentos e do orçamento da União.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Item incorreto.

O correto seria dizer que:

As receitas para a seguridade social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provêm de seus respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Conforme o § 1º, do art. 195, da CF/88:

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Resposta: ERRADO.

CESPE/CEBRASPE - TCE-RN - 2015) Acerca dos regimes de previdência, benefícios e contribuições previdenciárias, julgue o item subsequente.

A Constituição Federal de 1988 prevê fontes de custeio da seguridade social, entre elas a receita de concursos de prognósticos e a importação de bens ou serviços. Caso a União deseje criar novas fontes de custeio para manter e expandir a seguridade social, deverá fazê-lo pelo processo legislativo especial da lei complementar.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Vamos analisar a questão em partes.

Primeira parte: "A Constituição Federal de 1988 prevê fontes de custeio da seguridade social, entre elas a receita de concursos de prognósticos e a importação de bens ou serviços."

Correto, a Constituição prevê fontes de custeio e, dentre elas, temos a receita de concursos prognósticos e a importação.

Segunda parte: "Caso a União deseje criar novas fontes de custeio para manter e expandir a seguridade social, deverá fazê-lo pelo processo legislativo especial da lei complementar."

Correto, o texto constitucional também determina que novas fontes de custeio podem ser criadas para manter e expandir a Seguridade Social, porém isso ocorrerá por meio de Lei Complementar. Nos termos do § 4º, art. 195, da CF/88:

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

O art. 154, inciso I, é que dispõe sobre a utilização da Lei Complementar.

Resposta: CERTO.

FCC - TCE-CE - 2015) Sobre o sistema de custeio e financiamento da Seguridade Social no Brasil, nos termos da doutrina e da legislação pertinente, é INCORRETO afirmar:

- A) O financiamento direto se dá mediante contribuições e o indireto mediante receitas orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) A receita dos concursos de prognósticos faz parte das contribuições sociais que custeiam a Seguridade Social.
- C) Nenhum benefício ou serviço será criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- D) Não há previsão para contribuição social para o importador de bens ou serviços do exterior, mas apenas para o exportador.
- E) O pescador artesanal que exerce atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá mediante aplicação de uma alíquota sobre a comercialização da produção.

RESOLUÇÃO:

A questão pede a alternativa incorreta.

A) O financiamento direto se dá mediante contribuições e o indireto mediante receitas orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. CORRETO.

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta.

A forma direta consiste nas contribuições sociais, enquanto a forma indireta consiste nas receitas orçamentárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

B) A receita dos concursos de prognósticos faz parte das contribuições sociais que custeiam a Seguridade Social. CORRETO.

A receita dos concursos prognósticos faz parte das contribuições sociais, nos termos do art. 195, inciso III.

C) Nenhum benefício ou serviço será criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. CORRETO.

A alternativa está correta, conforme o § 5º, do art. 195.

D) Não há previsão para contribuição social para o importador de bens ou serviços do exterior, mas apenas para o exportador. ERRADO – GABARITO.

O importador de bens ou serviços do exterior contribui para a seguridade, de acordo com o art. 195, inciso IV.

O exportador não contribui.

E) O pescador artesanal que exerce atividade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá mediante aplicação de uma alíquota sobre a comercialização da produção. CORRETO.

Observe o art. 195, § 8º:

Art.195 [...]

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Resposta: D

FCC - MANAUSPREV – 2015) Segundo as normas que regulamentam o custeio da seguridade social, é correto afirmar:

- A) Haverá contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física que tenha vínculo empregatício, não incidindo sobre os valores pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço sem vínculo de emprego.
- B) O produtor, parceiro e meeiro rural, o pescador artesanal, desde que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, excluídos os seus cônjuges e o arrendatário rural.
- C) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União relativo à sua cota, parte de financiamento da seguridade.
- D) Não há previsão legal para a contribuição social para o custeio da seguridade social para o importador de bens ou serviços do exterior.
- E) Conforme princípio constitucional da contrapartida nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

RESOLUÇÃO:

A) Haverá contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física que tenha vínculo empregatício, não incidindo sobre os valores pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço sem vínculo de emprego. **ERRADO.**

Incidirá contribuição social sobre os valores pagos ou creditados à pessoa física que preste serviço sem vínculo de emprego com a empresa.

Exemplo:

A empresa "X", de confecção de roupas, pagará contribuição sobre os salários dos empregados.

Certo dia, um computador da empresa "X" apresentou defeito e para concertá-lo tenha sido contratado um especialista em informática. Ainda que a empresa e o especialista não tenham um vínculo empregatício, deverá ser recolhida contribuição sobre o valor pago pelo serviço.

B) O produtor, parceiro e meeiro rural, o pescador artesanal, desde que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, excluídos os seus cônjuges e o arrendatário rural. ERRADO.

Os cônjuges e o arrendatário rural não estão excluídos da regra em questão.

C) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União relativo à sua cota, parte de financiamento da seguridade. ERRADO.

As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, **não** integrando o orçamento da União.

D) Não há previsão legal para a contribuição social para o custeio da seguridade social para o importador de bens ou serviços do exterior. ERRADO.

Existe previsão legal para a contribuição social para o custeio da seguridade social para o importador de bens ou serviços do exterior.

E) Conforme princípio constitucional da contrapartida nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. CORRETO.

A alternativa diz respeito ao art. 195, § 5º:

Art. 195 [...]

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Resposta: E

Muito Cuidado!! A Emenda Constitucional 103/2019 introduziu algumas alterações no capítulo da Seguridade Social, para fins de prova atente-se ao texto legal.

Art. 195 [...]

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

As demais modificações serão estudadas em momento oportuno.



Criação de outras fontes de custeio

- Depende de Lei Complementar

Criação, majoração ou extensão de benefício ou serviço

- Fonte de custeio total

Exigência de uma contribuição social

- Noventa dias após a publicação da lei que a criou ou a modificou

Custeio da Saúde e da Assistência Social – normas constitucionais de destaque

O art. 198, § 2º, dispõe sobre a destinação de recursos mínimos para as ações e serviços de saúde, veja:

Art. 198 [...]

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

As bancas examinadoras costumam cobrar o texto do artigo. Portanto, para a sua prova lembre-se de que referido dispositivo trata da disponibilização de recursos mínimo, bem como de que o percentual da União é de 15 %.

Ademais, o § 3º cita que os percentuais dos incisos II e III serão reavaliados a cada cinco anos.

No que diz respeito à assistência social, o parágrafo único do art. 204 merece atenção:

Art. 204 [...]

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

As questões exigem que você saiba o percentual (até cinco décimos por cento), bem como em quais situações os recursos não poderão ser utilizados (despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e despesas correntes não vinculadas diretamente aos investimentos ou ações apoiadas). Ademais, não se esqueça de que consiste em uma faculdade.

Dessa forma, encerramos com os dispositivos com maior incidência em prova relacionados ao financiamento da saúde e assistência social.

FCC - SEGEF-MA – 2018) No que diz respeito à Assistência Social, prevista na CF de 1988, aos Estados e Distrito Federal

A) é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

B) é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até um por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

C) é facultado vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

D) e Municípios é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

E) e Municípios é facultado vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, permitida a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, posto que reverterem à assistência social.

RESOLUÇÃO:

A) é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. **ERRADO.**

A alternativa está incorreta, porque não é obrigatória. Trata-se de uma faculdade.

B) é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até um por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. **ERRADO.**

Novamente, o item erra ao colocar que é obrigatório. Ademais, o percentual também está incorreto, sendo que o correto é cinco décimos por cento.

C) é facultado vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. CORRETO.

A alternativa está em harmonia com o art. 204, parágrafo único.

D) e Municípios é obrigatório vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. ERRADO.

Mais uma vez, o item erra ao citar que é obrigatório. Além disso, os Municípios não estão incluídos.

E) e Municípios é facultado vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, permitida a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, posto que reverterem à assistência social. ERRADO.

Incorreto, pois os Municípios não são incluídos. Outro erro é mencionar que é permitida a aplicação desses recursos para o pagamento de despesas e encargos sociais, porque, na verdade, referida aplicação é proibida.

Resposta: C

FCC - SEGEF-MA – 2018) Segundo a Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais, calculados, no caso

A) da União, sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 5%.

B) da União, sobre a receita corrente líquida do exercício financeiro anterior, não podendo ser inferior a 20%.

C) dos Estados e do Distrito Federal, sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 5%.

D) dos Estados e do Distrito Federal, sobre a receita corrente líquida do exercício financeiro anterior, não podendo ser inferior a 20%.

E) da União, sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15%.

RESOLUÇÃO:

Nos termos do art. 198, § 2º, inciso I e II, está correta a letra E, porque é a única que transcreve corretamente a regra trazida pelo texto legal.

E) da União, sobre a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15%.

Resposta: E

Chegamos ao fim desta aula!

Legislação

CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b".

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas

apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 13. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Seção II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao

Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Seção III DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 8º O requisito de idade a que se refere o inciso I do § 7º será reduzido em 5 (cinco) anos, para o professor que comprove tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 9º Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 9º-A. O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 10. Lei complementar poderá disciplinar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 12. Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 13. A aposentadoria concedida ao segurado de que trata o § 12 terá valor de 1 (um) salário-mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 15. Lei complementar estabelecerá vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 16. Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de que trata o inciso II do § 1º do art. 40, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 5º A lei complementar de que trata o § 4º aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de planos de benefícios em entidades de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 6º Lei complementar estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência complementar instituídas pelos patrocinadores de que trata o § 4º e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Seção IV DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Questões comentadas pelo professor

1. CESPE/CEBRASPE - SEFAZ-AL - 2020)

Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue o item a seguir.

Nenhum benefício relativo à seguridade social poderá ser criado sem a indicação de uma fonte de custeio para suportar essa despesa.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Correto, pois, conforme o art. 195, § 5º, da CF/88, os benefícios ou serviços da seguridade social só podem ser criados mediante uma fonte de custeio total.

Atente-se para o fato de que tem que ser de custeio total, embora a questão tenha sido genérica nesse ponto, pode ser que em uma questão futura esse detalhe seja cobrado.

Além disso, cuidado para que a banca não te confunda ao colocar fonte de custeio parcial, o que é errado.

Resposta: CERTO

2. CESPE/CEBRASPE - EMAP - 2018)

Com referência à organização e ao custeio da seguridade social, julgue o item subsequente.

O sistema de seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos, que se destinam à garantia de saúde, previdência e assistência à sociedade.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A questão está incorreta.

Nos termos do art. 194, CF/88:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

É correto afirmar que a seguridade social assegura a saúde, a previdência e a assistência social.

Porém, a questão erra ao sustentar que as ações serão de iniciativa exclusiva do poder público.

Resposta: ERRADO

3. CESPE/CEBRASPE - PGM-MANAUS - 2018)

Julgue o próximo item, relativo à organização, aos princípios e ao custeio da seguridade social.

Constitui objetivo da seguridade social manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Vamos dividir a análise da questão.

A primeira parte “constitui objetivo da seguridade social manter o caráter democrático e descentralizado da administração...” está correta, porque é um objetivo da seguridade.

Contudo, a segunda “mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado” está incorreta, porque, conforme o art. 194, parágrafo único, inciso VII, da CF/88, a gestão será quadripartite. Ademais, o item deixou de mencionar os aposentados.

Art. 194 [...]

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Resposta: ERRADO

4. CESPE/CEBRASPE – INSS – 2016)

Com relação ao financiamento da seguridade social, julgue o seguinte item.

Além da contribuição proveniente de empregados e empregadores, são fontes de custeio da seguridade social, de forma direta e indireta, os recursos oriundos dos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Correto, pois o art. 195, da CF/88, menciona essas fontes de custeio, entre outras. Como, por exemplo, as receitas de concursos prognósticos.

Veja o artigo em questão:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

Resposta: CERTO

5. CESPE/CEBRASPE – INSS – 2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A questão estava na última prova do INSS e cobrou o conhecimento da letra da lei, portanto, não deixe de lado o estudo da legislação.

Observe como o item está em consonância com o art. 194:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Resposta: CERTO

6. CESPE/CEBRASPE – INSS – 2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A seguridade social é organizada mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Certo, pois é como a seguridade se organiza.

Não esqueça que a gestão quadripartite consiste na participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo.

Ademais, o caráter da administração será democrático e descentralizado.

Porém, não confunda a gestão com o custeio, porque o custeio será tríplice. Somente contribuem empregados, empregadores e governo; aposentados não.

art. 194 [...]

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Resposta: CERTO

7. CESPE/CEBRASPE – EBSEERH – 2018)

Julgue o item seguinte, a respeito da ordem social prevista na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, considere que a sigla SUS, sempre que empregada, se refere ao Sistema Único de Saúde.

A seguridade social compreende o direito dos cidadãos a saúde, educação e segurança.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A questão erra ao inserir a educação e a segurança como ramos da seguridade. Cuidado, porque, embora a educação esteja dentro do Título Ordem Social na Constituição Federal, não está dentro do Capítulo da Seguridade Social, logo não faz parte de seu sistema.

A seguridade compreende a saúde, a previdência e a assistência social. Veja o art. 194:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Resposta: ERRADO

8. CESPE/CEBRASPE – ABIN – 2018)

Em relação à organização, à origem e ao custeio do sistema de seguridade social, julgue o item a seguir.

A seguridade social, que visa garantir direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, possui como fontes de financiamento exclusivamente as contribuições sobre a folha de pagamentos e as repassadas pelo empregador, pela empresa ou por entidade a ela equiparada.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

O item está incorreto. O sistema de custeio da Seguridade Social está previsto no art. 195 e é mais complexo que o descrito pela questão. Observe:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

Portanto, as fontes de financiamento da seguridade não são exclusivamente as contribuições sobre a folha de pagamentos e as repassadas pelo empregador, pela empresa ou por entidade a ela equiparada.

Resposta: ERRADO

9. CESPE/CEBRASPE – SEDF – 2017)

Julgue o próximo item, acerca do conceito e das fontes de custeio da seguridade social.

A seguridade social representa um conjunto de benefícios prestados pelo poder público ao trabalhador e aos membros de sua família, independentemente de contribuição.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Segundo o art. 194, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade. Contudo, não será independentemente de contribuição em todos os casos, porque a previdência social é de caráter contributivo, embora a saúde e a assistência não sejam.

Resposta: ERRADO

10. CESPE/CEBRASPE – TCE-PA – 2016)

Julgue o item seguinte, relativos à seguridade social e ao regime geral de previdência social.

A saúde e a assistência social integram a seguridade social e são prestadas, independentemente de contribuição, nos casos legais; já a previdência social apresenta caráter contributivo.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Correto. É exatamente o que foi dito na questão anterior.

Veja os artigos referentes ao item:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

Portanto, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, a previdência é de caráter contributivo e de filiação obrigatória e a assistência é prestada a quem necessitar, sem contribuição.

Resposta: CERTO

11. CESPE/CEBRASPE – PGE-ES – 2008)

A seguridade social compreende um conjunto de ações destinadas a assegurar a saúde, a previdência e a assistência social. Sua organização pelo poder público, por meio de lei, deve observar alguns objetivos. Acerca da base para a organização da seguridade social, conforme previsto na Constituição brasileira, julgue os próximos itens.

A administração da seguridade social possui caráter democrático mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

A questão busca o conhecimento da gestão administrativa da seguridade social, não se esqueça destes pontos:

- Gestão quadripartite;
- Democrática;
- Descentralizada.

É o que podemos tirar do inciso VII, parágrafo único, do art. 194, da CF/88.

Resposta: CERTO

12. CESPE/CEBRASPE - EBSERH – 2018)

Julgue o item seguinte, a respeito da ordem social prevista na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, considere que a sigla SUS, sempre que empregada, se refere ao Sistema Único de Saúde.

A execução das ações de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador é atribuição do SUS.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

As competências do SUS estão presentes no art. 200, da CF/88, e o item corresponde ao inciso II do referido artigo. Observe:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

[...]

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

Resposta: CERTO

13. CESPE/CEBRASPE - TCE-RO – 2019)

Em relação ao financiamento do sistema de seguridade social, é correto afirmar que

- A) é vedado o financiamento indireto.
- B) as receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social não integram o orçamento da União.
- C) não é permitida a instituição, por lei, de outras fontes de financiamento além daquelas elencadas na Constituição Federal de 1988.
- D) as contribuições sociais somente poderão ser exigidas no exercício seguinte àquele em que foram instituídas.
- E) incide contribuição social sobre as aposentadorias concedidas pelo regime geral de previdência social (RGPS).

RESOLUÇÃO:

Todas as alternativas encontram resposta no art. 195.

A) é vedado o financiamento indireto. ERRADO.

Nos termos do art. 195, a seguridade será financiada por toda a sociedade, de forma **direta** e **indireta**.

Não é proibido o financiamento indireto.

B) as receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social não integram o orçamento da União. CORRETO.

Encontramos nosso gabarito. É exatamente a redação do art. 195, § 1º. Observe:

Art. 195 [...]

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

C) não é permitida a instituição, por lei, de outras fontes de financiamento além daquelas elencadas na Constituição Federal de 1988. ERRADO.

A alternativa está incorreta. Segundo o art. 195, § 4º, a lei poderá instituir outras fontes para a manutenção ou expansão da seguridade social.

D) as contribuições sociais somente poderão ser exigidas no exercício seguinte àquele em que foram instituídas. ERRADO.

Na realidade, somente poderão ser exigidas depois de decorridos **noventa dias** da data da publicação da lei que as instituiu ou modificou, conforme o § 6º.

E) incide contribuição social sobre as aposentadorias concedidas pelo regime geral de previdência social (RGPS). ERRADO.

Cuidado para não confundir.

Não incide contribuição social sobre as aposentadorias concedidas pelo regime geral de previdência social.

No entanto, os aposentados participam da gestão da seguridade social.

Resposta: B

14. CESPE/CEBRASPE - TRE-TO – 2017)

O Sistema Único de Saúde (SUS)

A) tem competência para fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e águas para consumo humano.

B) pode contar com auxílio da iniciativa privada para a assistência à saúde desde que tenha prévia autorização.

C) pode contratar agentes comunitários de saúde somente por meio de concurso público.

D) participa de uma rede universalizada e hierarquizada de atenção à saúde, vinculada exclusivamente ao Poder Executivo federal.

E) é financiado com recursos do orçamento fiscal.

RESOLUÇÃO:

A) tem competência para fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e águas para consumo humano. CORRETO.

A alternativa encontra correspondência com o art. 200, inciso VI.

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

B) pode contar com auxílio da iniciativa privada para a assistência à saúde desde que tenha prévia autorização. ERRADO.

Conforme o art. 199, § 1º, as instituições privadas podem participar de forma complementar ao SUS, segundo as diretrizes deste. Ademais, a participação em questão deve ocorrer por meio de contrato público ou convênio. Ressalte-se que terão preferência entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

C) pode contratar agentes comunitários de saúde somente por meio de concurso público. ERRADO.

O texto constitucional permite a realização de processo seletivo. Veja:

Art. 198 [...]

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

D) participa de uma rede universalizada e hierarquizada de atenção à saúde, vinculada exclusivamente ao Poder Executivo federal. ERRADO.

O correto é: rede regionalizada e hierarquizada.

Além disso, o SUS não está vinculado exclusivamente ao Poder Executivo Federal.

E) é financiado com recursos do orçamento fiscal. ERRADO.

Na verdade, é financiado com recursos do orçamento da seguridade social. Observe o art. 198, § 1º:

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Resposta: A

15. CESPE/CEBRASPE - ANVISA – 2016)

Ainda de acordo com a CF, julgue o seguinte item.

O controle dos produtos e substâncias de interesse para a saúde e a participação na produção de medicamentos não competem ao SUS, pois sua atribuição é apenas de fiscalização.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

Mais uma vez, os incisos do art. 200 estão sendo cobrados. Não deixe de ler esse artigo várias vezes. OK?

O item está errado, de acordo com o inciso I do artigo mencionado. Veja:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

O controle e a participação na produção fazem parte das competências do SUS, assim como a fiscalização.

Resposta: ERRADO.

16. CESPE/CEBRASPE - MPOG – 2015)

Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.

A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar mediante formalização de contrato ou convênio, de modo que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm prioridade.

() Certo

() Errado

RESOLUÇÃO:

O item exige o conhecimento do § 1º, do art. 199.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

A questão está correta.

Resposta: CERTO.

17. FCC - TJ-MA – 2019)

À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre a seguridade social,

A) será ela financiada exclusivamente pelo poder público, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, inclusive, o orçamento da União.

C) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, somente poderá contratar com o Poder Público no caso de prestação integral de caução, fiança bancária ou seguro-fiança.

D) a proposta de orçamento respectiva será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, as microempresas e as empresas de pequeno porte que atendam às exigências estabelecidas em lei.

RESOLUÇÃO:

A) será ela financiada exclusivamente pelo poder público, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ERRADO.

Nos termos do art. 195, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta. Os recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios consistem na forma indireta de financiamento.

B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, inclusive, o orçamento da União. ERRADO.

Lembre-se de que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a seguridade não integram o orçamento da União.

C) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, somente poderá contratar com o Poder Público no caso de prestação integral de caução, fiança bancária ou seguro-fiança. ERRADO.

A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social **não** pode contratar com o Poder Público.

D) a proposta de orçamento respectiva será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos. CORRETO.

De acordo com o art. 195, § 2º:

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, as microempresas e as empresas de pequeno porte que atendam às exigências estabelecidas em lei. ERRADO.

As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei são isentas de contribuição para a seguridade social. Contudo, as microempresas e as empresas de pequeno porte não estão incluídas.

Resposta: D

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações

A) de iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

B) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

C) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

D) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

E) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

RESOLUÇÃO:

A) de iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social. ERRADO.

É um conjunto integrado de ações de iniciativa do poder público e da sociedade.

Não é apenas regulada pelo poder público como o item sugere.

B) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social. ERRADO.

As ações não são exclusivas do poder público, porque a sociedade também participa. Além disso, o item também erra ao introduzir o trecho "quando materialmente possível", pois o texto constitucional em momento algum impõe referida ressalva.

Veja o artigo 194:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

C) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social. ERRADO.

O erro está na palavra exclusiva.

D) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social. CORRETO.

A alternativa corresponde corretamente com o artigo citado acima.

E) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social. ERRADO.

Conforme explicado anteriormente, o item fica incorreto por causa da parte: quando materialmente possível.

Resposta: D

19. FCC - SEGEP-MA – 2018)

A respeito do tratamento conferido à saúde pelo ordenamento constitucional, considere:

I. As ações e serviços públicos de saúde regem-se pelos princípios da centralização, que são competência da União Federal, e pela participação da comunidade.

II. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, desde que pratiquem a filantropia, ou não possuam fins lucrativos.

III. No caso da União, o investimento em saúde corresponderá sempre a um mínimo de 10% da receita corrente bruta do respectivo exercício financeiro.

IV. É da competência do Sistema Único de Saúde fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) IV.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) III.

RESOLUÇÃO:

I. As ações e serviços públicos de saúde regem-se pelos princípios da centralização, que são competência da União Federal, e pela participação da comunidade. ERRADO.

A participação da comunidade está correta.

No entanto, a Constituição cita a descentralização, com direção única em cada esfera de governo.

Logo, o trecho “princípios da centralização, que são competência da União Federal” torna o item incorreto.

II. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, desde que pratiquem a filantropia, ou não possuam fins lucrativos. ERRADO.

Vamos dividir a análise do item.

“As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio” > essa primeira parte está correta, segundo o art. 199, § 1º.

“desde que pratiquem a filantropia, ou não possuam fins lucrativos” > essa parte torna o item incorreto, porque será dada **preferência** as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

III. No caso da União, o investimento em saúde corresponderá sempre a um mínimo de 10% da receita corrente bruta do respectivo exercício financeiro. ERRADO.

O mínimo é de **15%** da receita corrente **líquida**. Observe o art. 198, § 2º:

Art. 198 [...]

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

IV. É da competência do Sistema Único de Saúde fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano. CORRETO.

O item encontra exata correspondência com o art. 200, inciso VI.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

Resposta: B) IV

20. FCC - SEGEP-MA – 2018)

De acordo com a Constituição Federal, com relação à seguridade social,

A) é vedada, em qualquer hipótese, a concessão de remissão de contribuições sociais, sendo permitida a anistia quando preenchidos os requisitos legais.

B) pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, mas dele poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

C) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total, podendo, porém, ser estendido.

D) não são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, possuindo, no entanto, redução significativa desta contribuição, dependendo dos requisitos legais pertinentes a cada entidade.

E) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

RESOLUÇÃO:

A) é vedada, em qualquer hipótese, a concessão de remissão de contribuições sociais, sendo permitida a anistia quando preenchidos os requisitos legais. ERRADO.

É vedada a concessão de remissão, bem como de anistia, na forma de lei complementar, de contribuições sociais devidas pelo empregado e as devidas pelo empregador sobre a folha de salários.

Observe os erros: ~~é vedada, em qualquer hipótese, a concessão de remissão de contribuições sociais, sendo permitida a anistia quando preenchidos os requisitos legais.~~

A alternativa se refere ao art. 195, § 11. Muita atenção! Referido parágrafo foi modificado pela EC 103/2019, veja:

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

B) pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, mas dele poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. ERRADO.

A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

C) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total, podendo, porém, ser estendido. ERRADO.

Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser **criado, majorado** ou **estendido** sem a correspondente fonte de custeio total.

D) não são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, possuindo, no entanto, redução significativa desta contribuição, dependendo dos requisitos legais pertinentes a cada entidade. ERRADO.

As entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais são isentas de contribuição para a seguridade social.

E) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União. CORRETO.

Conforme o art. 195, § 1º:

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Resposta: E

21. FCC - IAPEN-AP – 2018)

A assistência social

- A) tem por objetivo o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- B) e as ações governamentais a ela relacionadas serão realizadas com recursos do orçamento da saúde.
- C) não abrange, dentre seus objetivos, a promoção da integração ao mercado de trabalho, cuja atribuição caberá ao Ministério do Trabalho.
- D) é de filiação obrigatória sob a forma de regime geral.
- E) será prestada a quem dela necessitar, mediante prévia contribuição à seguridade social.

RESOLUÇÃO:

A) tem por objetivo o amparo às crianças e adolescentes carentes. CORRETO.

Veja o art. 203:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A resposta para a alternativa está no inciso II.

B) e as ações governamentais a ela relacionadas serão realizadas com recursos do orçamento da saúde. ERRADO.

A alternativa pode ser descartada por lógica, porque não faz sentido a assistência ser financiada com recursos do orçamento da saúde.

Ademais, de acordo com o art. 204, as ações governamentais da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social.

C) não abrange, dentre seus objetivos, a promoção da integração ao mercado de trabalho, cuja atribuição caberá ao Ministério do Trabalho. ERRADO.

O inciso III, do art. 203, inclui a promoção da integração ao mercado de trabalho entre os objetivos da assistência social.

D) é de filiação obrigatória sob a forma de regime geral. ERRADO.

A alternativa faz referência a uma característica da previdência social.

E) será prestada a quem dela necessitar, mediante prévia contribuição à seguridade social. ERRADO.

A assistência será prestada a quem dela necessitar. Contudo, não exige prévia contribuição.

Resposta: A

22. FCC - TRT - 6ª Região (PE) – 2018)

A Constituição Federal brasileira garante o recebimento de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Tal benefício está relacionado constitucionalmente à área de

A) direitos humanos.

B) trabalho e emprego.

C) educação.

D) beneficência.

E) assistência social.

RESOLUÇÃO:

A questão trata do Benefício de Prestação Continuada, referido benefício está relacionado à área da assistência social. Observe o art. 203, inciso V:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Além disso, vale lembrar que, embora seja de caráter assistencial, será pago pelo INSS.

Resposta: E

23. FCC - FUNAPE – 2017)

Sob o ponto de vista constitucional da Organização da Seguridade Social,

A) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, sem a correspondente fonte de custeio total, não havendo esta exigência para os casos de majoração de valores.

B) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, salvo se vencedora do certame licitatório.

C) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 6 meses.

D) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 1 ano, com base no princípio da anualidade.

E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

RESOLUÇÃO:

A) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, sem a correspondente fonte de custeio total, não havendo esta exigência para os casos de majoração de valores. ERRADO.

A regra também se aplica para os casos de majoração dos benefícios ou serviços.

B) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, salvo se vencedora do certame licitatório. ERRADO.

Ainda que a pessoa jurídica seja vencedora do certame licitatório, o Poder Público não poderá contratar com ela.

Além disso, lembre-se de que referida pessoa jurídica não pode receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público.

C) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 6 meses. ERRADO.

O prazo é de **noventa dias** contados da publicação da lei que instituir ou modificar a contribuição social, trata-se do **princípio da noventena**.

D) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 1 ano, com base no princípio da anualidade. ERRADO.

Conforme a explicação da alternativa anterior.

E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. CORRETO.

Segundo o art. 195, § 7º:

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Resposta: E

24. FCC - FUNAPE – 2017)

Conforme estatuído na Constituição Federal de 1988, as ações realizadas pelos Poderes Públicos em prol da Seguridade Social visam a assegurar exclusivamente direitos atinentes a

- A) saúde, educação e previdência social.
- B) educação, segurança pública e assistência social.
- C) saúde, previdência e assistência social.
- D) cultura, saúde e assistência social.
- E) previdência pública e assistência social.

RESOLUÇÃO:

Conforme o art. 194, a resposta correta é a alternativa C.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Resposta: C

25. FCC - SEGEPI-MA – 2016)

Instituição privada com fins lucrativos que pretenda exercer atividades de assistência à saúde no País

- A) poderá receber recursos públicos para auxílio ou subvenções.
- B) não poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde em razão de sua finalidade lucrativa.
- C) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, ainda que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos tenham preferência.

D) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, mediante convênio, sendo vedada constitucionalmente a celebração de contrato de direito público para esse fim.

E) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, desde que mediante prévia autorização do Poder Legislativo do ente federativo com quem o ajuste será firmado.

RESOLUÇÃO:

A) poderá receber recursos públicos para auxílio ou subvenções. ERRADO.

A destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções de instituições privadas com fins lucrativos é proibida.

B) não poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde em razão de sua finalidade lucrativa. ERRADO.

As instituições privadas com fins lucrativos poderão participar, de forma complementar, ao SUS, contudo, será dada preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

C) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, ainda que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos tenham preferência. CORRETO.

É exatamente o que foi explicado na alternativa anterior.

Veja o art. 199, § 1º:

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

D) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, mediante convênio, sendo vedada constitucionalmente a celebração de contrato de direito público para esse fim. ERRADO.

A participação em questão deve ocorrer mediante convênio ou contrato de direito público.

E) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, desde que mediante prévia autorização do Poder Legislativo do ente federativo com quem o ajuste será firmado. ERRADO.

Não é exigida a autorização do Poder Legislativo do ente federativo com quem o ajuste será firmado.

Resposta: C

26. FCC - TRF - 3ª REGIÃO – 2016 - ADAPTADA)

A seguridade social, segundo a Constituição Federal,

A) é financiada, inclusive, por contribuição incidente sobre a receita de concursos de prognósticos.

B) é permitida a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais pagas pelo empregador incidentes sobre a folha de salários.

- C) deve ter o custeio previsto nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.
- D) tem a gestão tripartite, dividindo-se entre Governo, empregadores e empregados.
- E) isenta de contribuição todas as entidades beneficentes de assistência social.

RESOLUÇÃO:

A) é financiada, inclusive, por contribuição incidente sobre a receita de concursos de prognósticos. CORRETO.

Incide contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos, de acordo com o art. 195:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

III - sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

B) é permitida a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais pagas pelo empregador incidentes sobre a folha de salários. ERRADO.

Adapte esta alternativa, pois fazia menção à antiga redação do § 11, do art. 195, da CF/88.

O item está errado, porque é vedada, na forma de lei complementar, a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários.

Veja a nova redação do parágrafo:

§ 11 São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

C) deve ter o custeio previsto nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios. ERRADO.

O texto constitucional não cita os Territórios, portanto, a alternativa está incorreta por incluí-los.

D) tem a gestão tripartite, dividindo-se entre Governo, empregadores e empregados. ERRADO.

A gestão é quadripartite, dividindo-se entre Governo, empregadores, empregados e aposentados.

E) isenta de contribuição todas as entidades beneficentes de assistência social. ERRADO.

Não são todas as entidades beneficentes de assistência social, apenas as que se enquadram nas exigências legais.

Resposta: A

27. FCC - MANAUSPREV – 2015)

A gestão da seguridade social conforme previsão constitucional será realizada de forma

A) centralizada nos municípios, monocrática e tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.

B) descentralizada, colegiada e bipartite, com participação dos poderes públicos e do empresariado.

C) descentralizada, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.

D) descentralizada, monocrática e tripartite, com participação dos poderes públicos, dos empregadores e dos trabalhadores.

E) centralizada na União, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.

RESOLUÇÃO:

A) centralizada nos municípios, monocrática e tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo. ERRADO.

Na verdade, é uma gestão descentralizada, democrática e quadripartite. Ademais, a alternativa deixa de incluir a participação dos aposentados.

B) descentralizada, colegiada e bipartite, com participação dos poderes públicos e do empresariado. ERRADO.

A gestão será quadripartite.

C) descentralizada, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo. CORRETO.

Nos termos do art. 194, parágrafo único, inciso VII:

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

D) descentralizada, monocrática e tripartite, com participação dos poderes públicos, dos empregadores e dos trabalhadores. ERRADO.

O correto é democrático e quadripartite.

E) centralizada na União, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo. ERRADO.

A gestão é descentralizada.

Resposta: C

28. FCC - MANAUSPREV - 2015)

A Constituição Federal prevê ações de governo na área de assistência social, as quais devem ser prestadas

A) a quem delas necessitar, independentemente de contribuição, tendo por um de seus objetivos a promoção da integração ao mercado de trabalho.

B) a quem delas necessitar, mediante contribuição, garantindo ao portador de deficiência um salário mínimo mensal.

C) a quem delas necessitar, mediante contribuição, exceto quando se tratar de benefícios aos idosos comprovadamente carentes.

D) às famílias carentes de recursos financeiros, independentemente de contribuição, que comprovem o recebimento do auxílio do bolsa-família.

E) a quem delas necessitar, mediante contribuição, exceto quando se tratar de crianças e adolescentes carentes.

RESOLUÇÃO:

A) a quem delas necessitar, independentemente de contribuição, tendo por um de seus objetivos a promoção da integração ao mercado de trabalho. CORRETO.

A alternativa está correta, de acordo com o art. 203.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

B) a quem delas necessitar, mediante contribuição, garantindo ao portador de deficiência um salário mínimo mensal. ERRADO.

Quando a alternativa mencionar que a assistência social exige contribuição, pode marcar como errado.

Ademais, lembre-se de que o benefício de prestação continuada será concedido ao portador de deficiência ou ao idoso que não possuírem meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

C) a quem delas necessitar, mediante contribuição, exceto quando se tratar de benefícios aos idosos comprovadamente carentes. ERRADO.

Novamente, a questão menciona a exigência de contribuição para a assistência, o que torna o item incorreto.

D) às famílias carentes de recursos financeiros, independentemente de contribuição, que comprovem o recebimento do auxílio do bolsa-família. ERRADO.

A assistência social é garantida a quem dela necessitar, não sendo necessária a comprovação do recebimento do auxílio do bolsa-família.

E) a quem delas necessitar, mediante contribuição, exceto quando se tratar de crianças e adolescentes carentes. ERRADO.

Mais uma vez, a questão da exigência de contribuição é utilizada para confundir o candidato.

Dessa forma, não esqueça que a assistência independe de contribuição.

Resposta: A

29. FCC - TCE-AM – 2015)

A Constituição Federal do Brasil estabelece regramento quanto ao custeio ou financiamento da seguridade social. Nesse sentido, é correto afirmar:

A) A contribuição social da empresa incidirá exclusivamente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos a pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício.

B) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

C) As contribuições sociais só poderão ser exigidas no exercício financeiro posterior ao que foi publicada a lei que as houver instituído ou majorado.

D) A condição estrutural do mercado de trabalho ou a utilização intensiva de mão de obra não são fatores que podem ocasionar diferenciação de alíquotas ou base de cálculo das contribuições sociais do empregador ou da empresa.

E) Os benefícios da seguridade social não podem ser criados ou majorados sem a correspondente fonte de custeio total, regra essa que não se aplica aos serviços da seguridade social.

RESOLUÇÃO:

A) A contribuição social da empresa incidirá exclusivamente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos a pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício. ERRADO.

A contribuição social da empresa não incidirá exclusivamente no caso mencionado, incidirá também sobre a receita ou o faturamento e o lucro.

B) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União. CORRETO.

Observe o § 1º, do art. 195:

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

C) As contribuições sociais só poderão ser exigidas no exercício financeiro posterior ao que foi publicada a lei que as houver instituído ou majorado. ERRADO.

As contribuições sociais só poderão ser exigidas **noventa dias** após a publicação da lei que as houver instituído ou majorado.

D) A condição estrutural do mercado de trabalho ou a utilização intensiva de mão de obra não são fatores que podem ocasionar diferenciação de alíquotas ou base de cálculo das contribuições sociais do empregador ou da empresa. ERRADO.

A alternativa trata da regra trazida pelo § 9º, do art. 195, o qual merece muita atenção, pois foi alterado pela EC 103/2019.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

A alternativa está incorreta, porque a condição estrutural do mercado de trabalho e a utilização intensiva de mão de obra são fatores que podem ocasionar diferenciação de alíquotas nos casos do inciso I do caput do art. 195. Além disso, referidas condições podem ocasionar a diferenciação de bases de cálculo nos casos de receita ou faturamento e de lucro (alíneas b e c do inciso I).

E) Os benefícios da seguridade social não podem ser criados ou majorados sem a correspondente fonte de custeio total, regra essa que não se aplica aos serviços da seguridade social. **ERRADO.**

A regra aplica-se aos serviços da seguridade social.

Resposta: B

30. FCC - Prefeitura de São Luiz-MA – 2016)

No que diz respeito à organização do sistema de seguridade social,

A) o sistema de seguridade social pátrio compreende a proteção de direitos relativos à saúde, à previdência e à educação.

B) as ações e serviços públicos de saúde são de acesso universal, com participação da sociedade e permitindo o atendimento não integral.

C) as ações e serviços públicos de saúde estruturam-se por meio de um sistema único, com rede regionalizada e hierarquizada, além da descentralização e participação da sociedade.

D) a sistematização constitucional da previdência privada se caracteriza, dentre outros elementos, pela proteção do trabalhador contra os riscos sociais e filiação prévia e compulsória dos segurados.

E) as ações e serviços públicos na área da assistência social estruturam-se mediante um sistema único, com centralização político-administrativa da União, sem prejuízo de ações locais envolvendo as esferas estadual e municipal.

RESOLUÇÃO:

A) o sistema de seguridade social pátrio compreende a proteção de direitos relativos à saúde, à previdência e à educação. **ERRADO.**

A educação não faz parte do sistema da seguridade social.

B) as ações e serviços públicos de saúde são de acesso universal, com participação da sociedade e permitindo o atendimento não integral. **ERRADO.**

O erro está em “permitindo o atendimento não integral”, pois o atendimento integral é uma das diretrizes da saúde.

C) as ações e serviços públicos de saúde estruturam-se por meio de um sistema único, com rede regionalizada e hierarquizada, além da descentralização e participação da sociedade. **CORRETO.**

Veja o art. 198:

art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

D) a sistematização constitucional da previdência privada se caracteriza, dentre outros elementos, pela proteção do trabalhador contra os riscos sociais e filiação prévia e compulsória dos segurados. ERRADO.

A previdência privada não se caracteriza pelos elementos trazidos pela alternativa.

Características da Previdência Privada:

- Complementar;
- Autônoma ao RGPS;
- Facultativa;

E) as ações e serviços públicos na área da assistência social estruturam-se mediante um sistema único, com centralização político-administrativa da União, sem prejuízo de ações locais envolvendo as esferas estadual e municipal. ERRADO.

O texto constitucional cita que a saúde é estruturada mediante um sistema único.

Além disso, a assistência social tem a descentralização político-administrativa como uma de suas diretrizes.

Resposta: C

31. FCC - TCM-GO – 2015 - ADAPTADA)

O regime constitucional da previdência social prevê

- A) a possibilidade de filiação ao regime geral, como segurado facultativo, de participante de regime próprio de previdência.
- B) que, na previdência privada de caráter complementar, as contribuições do empregador integram, para os fins legais, a remuneração dos participantes.
- C) cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- D) o benefício do auxílio-reclusão, em favor de detentos de baixa renda.

E) a impossibilidade de adoção de requisitos diferenciados para concessão de aposentadoria, com exceção da específica situação dos casos de atividades exercidas sob condições que prejudiquem a saúde.

RESOLUÇÃO:

A) a possibilidade de filiação ao regime geral, como segurado facultativo, de participante de regime próprio de previdência. ERRADO.

É proibida a filiação de participante de regime próprio de previdência ao regime geral, na qualidade de segurado facultativo.

B) que, na previdência privada de caráter complementar, as contribuições do empregador integram, para os fins legais, a remuneração dos participantes. ERRADO.

As contribuições do empregador não integram a remuneração dos participantes, nos termos do art. 202, § 2º.

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

C) cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada. CORRETO.

Trata-se da nova redação dada ao inciso I, do art. 201, pela EC 103/2019.

Originalmente, a questão trazia a redação antiga do inciso, apenas atualizei o item.

D) o benefício do auxílio-reclusão, em favor de detentos de baixa renda. ERRADO.

O auxílio-reclusão é um benefício concedido em favor dos dependentes do segurado de baixa renda. Veja o inciso IV, do art. 201:

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

E) a impossibilidade de adoção de requisitos diferenciados para concessão de aposentadoria, com exceção da específica situação dos casos de atividades exercidas sob condições que prejudiquem a saúde. ERRADO.

A regra é a vedação a adoção de requisitos diferenciados para a concessão de benefícios. Contudo, existem duas exceções, quais sejam: nos casos de segurados com deficiência e de segurados que exerçam suas atividades em situações prejudiciais à saúde.

A alternativa sugere que existe somente uma exceção.

Observe o art. 201, § 1º:

art. 201 [...]

§ 1º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da

regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

I - com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

II - cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

Resposta: C

Lista de questões

1. CESPE/CEBRASPE - SEFAZ-AL - 2020)

Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue o item a seguir.

Nenhum benefício relativo à seguridade social poderá ser criado sem a indicação de uma fonte de custeio para suportar essa despesa.

() Certo

() Errado

2. CESPE/CEBRASPE - EMAP - 2018)

Com referência à organização e ao custeio da seguridade social, julgue o item subsequente.

O sistema de seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos, que se destinam à garantia de saúde, previdência e assistência à sociedade.

() Certo

() Errado

3. CESPE/CEBRASPE - PGM-MANAUS - 2018)

Julgue o próximo item, relativo à organização, aos princípios e ao custeio da seguridade social.

Constitui objetivo da seguridade social manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.

() Certo

() Errado

4. CESPE/CEBRASPE - INSS - 2016)

Com relação ao financiamento da seguridade social, julgue o seguinte item.

Além da contribuição proveniente de empregados e empregadores, são fontes de custeio da seguridade social, de forma direta e indireta, os recursos oriundos dos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios.

() Certo

() Errado

5. CESPE/CEBRASPE - INSS - 2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

() Certo

() Errado

6. CESPE/CEBRASPE - INSS - 2016)

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A seguridade social é organizada mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

() Certo

() Errado

7. CESPE/CEBRASPE – EBSEH – 2018)

Julgue o item seguinte, a respeito da ordem social prevista na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, considere que a sigla SUS, sempre que empregada, se refere ao Sistema Único de Saúde.

A seguridade social compreende o direito dos cidadãos a saúde, educação e segurança.

() Certo

() Errado

8. CESPE/CEBRASPE – ABIN – 2018)

Em relação à organização, à origem e ao custeio do sistema de seguridade social, julgue o item a seguir.

A seguridade social, que visa garantir direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, possui como fontes de financiamento exclusivamente as contribuições sobre a folha de pagamentos e as repassadas pelo empregador, pela empresa ou por entidade a ela equiparada.

() Certo

() Errado

9. CESPE/CEBRASPE – SEDF – 2017)

Julgue o próximo item, acerca do conceito e das fontes de custeio da seguridade social.

A seguridade social representa um conjunto de benefícios prestados pelo poder público ao trabalhador e aos membros de sua família, independentemente de contribuição.

() Certo

() Errado

10. CESPE/CEBRASPE – TCE-PA – 2016)

Julgue o item seguinte, relativos à seguridade social e ao regime geral de previdência social.

A saúde e a assistência social integram a seguridade social e são prestadas, independentemente de contribuição, nos casos legais; já a previdência social apresenta caráter contributivo.

() Certo

() Errado

11.CESPE/CEBRASPE – PGE-ES – 2008)

A seguridade social compreende um conjunto de ações destinadas a assegurar a saúde, a previdência e a assistência social. Sua organização pelo poder público, por meio de lei, deve observar alguns objetivos. Acerca da base para a organização da seguridade social, conforme previsto na Constituição brasileira, julgue os próximos itens.

A administração da seguridade social possui caráter democrático mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

() Certo

() Errado

12.CESPE/CEBRASPE - EBSERH – 2018)

Julgue o item seguinte, a respeito da ordem social prevista na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, considere que a sigla SUS, sempre que empregada, se refere ao Sistema Único de Saúde.

A execução das ações de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador é atribuição do SUS.

() Certo

() Errado

13.CESPE/CEBRASPE - TCE-RO – 2019)

Em relação ao financiamento do sistema de seguridade social, é correto afirmar que

A) é vedado o financiamento indireto.

B) as receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social não integram o orçamento da União.

C) não é permitida a instituição, por lei, de outras fontes de financiamento além daquelas elencadas na Constituição Federal de 1988.

D) as contribuições sociais somente poderão ser exigidas no exercício seguinte àquele em que foram instituídas.

E) incide contribuição social sobre as aposentadorias concedidas pelo regime geral de previdência social (RGPS).

14. CESPE/CEBRASPE - TRE-TO – 2017)

O Sistema Único de Saúde (SUS)

- A) tem competência para fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- B) pode contar com auxílio da iniciativa privada para a assistência à saúde desde que tenha prévia autorização.
- C) pode contratar agentes comunitários de saúde somente por meio de concurso público.
- D) participa de uma rede universalizada e hierarquizada de atenção à saúde, vinculada exclusivamente ao Poder Executivo federal.
- E) é financiado com recursos do orçamento fiscal.

15. CESPE/CEBRASPE - ANVISA – 2016)

Ainda de acordo com a CF, julgue o seguinte item.

O controle dos produtos e substâncias de interesse para a saúde e a participação na produção de medicamentos não competem ao SUS, pois sua atribuição é apenas de fiscalização.

() Certo

() Errado

16. CESPE/CEBRASPE - MPOG – 2015)

Com base nas disposições do capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF), bem como na regulamentação de suas políticas, julgue o item a seguir.

A iniciativa privada pode participar do SUS em caráter complementar mediante formalização de contrato ou convênio, de modo que as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm prioridade.

() Certo

() Errado

17. FCC - TJ-MA – 2019)

À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre a seguridade social,

A) será ela financiada exclusivamente pelo poder público, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

B) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, inclusive, o orçamento da União.

C) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, somente poderá contratar com o Poder Público no caso de prestação integral de caução, fiança bancária ou seguro-fiança.

D) a proposta de orçamento respectiva será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, as microempresas e as empresas de pequeno porte que atendam às exigências estabelecidas em lei.

18. FCC - TRT - 1ª REGIÃO (RJ) – 2012)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações

A) de iniciativa da sociedade, reguladas pelos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

B) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

C) exclusivas dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

D) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

E) de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a prover, quando materialmente possível, os direitos relativos a saúde, previdência e assistência social.

19. FCC - SEGEP-MA – 2018)

A respeito do tratamento conferido à saúde pelo ordenamento constitucional, considere:

I. As ações e serviços públicos de saúde regem-se pelos princípios da centralização, que são competência da União Federal, e pela participação da comunidade.

II. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, desde que pratiquem a filantropia, ou não possuam fins lucrativos.

III. No caso da União, o investimento em saúde corresponderá sempre a um mínimo de 10% da receita corrente bruta do respectivo exercício financeiro.

IV. É da competência do Sistema Único de Saúde fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Está correto o que consta APENAS em

a) I e III.

- b) IV.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) III.

20. FCC - SEGEP-MA – 2018)

De acordo com a Constituição Federal, com relação à seguridade social,

- A) é vedada, em qualquer hipótese, a concessão de remissão de contribuições sociais, sendo permitida a anistia quando preenchidos os requisitos legais.
- B) pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, mas dele poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- C) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total, podendo, porém, ser estendido.
- D) não são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social, possuindo, no entanto, redução significativa desta contribuição, dependendo dos requisitos legais pertinentes a cada entidade.
- E) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

21. FCC - IAPEN-AP – 2018)

A assistência social

- A) tem por objetivo o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- B) e as ações governamentais a ela relacionadas serão realizadas com recursos do orçamento da saúde.
- C) não abrange, dentre seus objetivos, a promoção da integração ao mercado de trabalho, cuja atribuição caberá ao Ministério do Trabalho.
- D) é de filiação obrigatória sob a forma de regime geral.
- E) será prestada a quem dela necessitar, mediante prévia contribuição à seguridade social.

22. FCC - TRT - 6ª Região (PE) – 2018)

A Constituição Federal brasileira garante o recebimento de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Tal benefício está relacionado constitucionalmente à área de

- A) direitos humanos.
- B) trabalho e emprego.
- C) educação.
- D) beneficência.
- E) assistência social.

23. FCC - FUNAPE – 2017)

Sob o ponto de vista constitucional da Organização da Seguridade Social,

- A) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, sem a correspondente fonte de custeio total, não havendo esta exigência para os casos de majoração de valores.
- B) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, salvo se vencedora do certame licitatório.
- C) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 6 meses.
- D) o prazo para a exigibilidade de contribuição social criada por lei para financiar a Seguridade Social é de 1 ano, com base no princípio da anualidade.
- E) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

24. FCC - FUNAPE – 2017)

Conforme estatuído na Constituição Federal de 1988, as ações realizadas pelos Poderes Públicos em prol da Seguridade Social visam a assegurar exclusivamente direitos atinentes a

- A) saúde, educação e previdência social.
- B) educação, segurança pública e assistência social.
- C) saúde, previdência e assistência social.
- D) cultura, saúde e assistência social.
- E) previdência pública e assistência social.

25. FCC - SEGEPI-MA – 2016)

Instituição privada com fins lucrativos que pretenda exercer atividades de assistência à saúde no País

- A) poderá receber recursos públicos para auxílio ou subvenções.

- B) não poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde em razão de sua finalidade lucrativa.
- C) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, ainda que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos tenham preferência.
- D) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, mediante convênio, sendo vedada constitucionalmente a celebração de contrato de direito público para esse fim.
- E) poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, desde que mediante prévia autorização do Poder Legislativo do ente federativo com quem o ajuste será firmado.

26. FCC - TRF - 3ª REGIÃO – 2016 - ADAPTADA)

A seguridade social, segundo a Constituição Federal,

- A) é financiada, inclusive, por contribuição incidente sobre a receita de concursos de prognósticos.
- B) é permitida a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais pagas pelo empregador incidentes sobre a folha de salários.
- C) deve ter o custeio previsto nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.
- D) tem a gestão tripartite, dividindo-se entre Governo, empregadores e empregados.
- E) isenta de contribuição todas as entidades beneficentes de assistência social.

27. FCC - MANAUSPREV – 2015)

A gestão da seguridade social conforme previsão constitucional será realizada de forma

- A) centralizada nos municípios, monocrática e tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.
- B) descentralizada, colegiada e bipartite, com participação dos poderes públicos e do empresariado.
- C) descentralizada, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.
- D) descentralizada, monocrática e tripartite, com participação dos poderes públicos, dos empregadores e dos trabalhadores.
- E) centralizada na União, colegiada e quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.

28. FCC - MANAUSPREV - 2015)

A Constituição Federal prevê ações de governo na área de assistência social, as quais devem ser prestadas

A) a quem delas necessitar, independentemente de contribuição, tendo por um de seus objetivos a promoção da integração ao mercado de trabalho.

B) a quem delas necessitar, mediante contribuição, garantindo ao portador de deficiência um salário mínimo mensal.

C) a quem delas necessitar, mediante contribuição, exceto quando se tratar de benefícios aos idosos comprovadamente carentes.

D) às famílias carentes de recursos financeiros, independentemente de contribuição, que comprovem o recebimento do auxílio do bolsa-família.

E) a quem delas necessitar, mediante contribuição, exceto quando se tratar de crianças e adolescentes carentes.

29. FCC - TCE-AM – 2015)

A Constituição Federal do Brasil estabelece regramento quanto ao custeio ou financiamento da seguridade social. Nesse sentido, é correto afirmar:

A) A contribuição social da empresa incidirá exclusivamente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos a pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício.

B) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

C) As contribuições sociais só poderão ser exigidas no exercício financeiro posterior ao que foi publicada a lei que as houver instituído ou majorado.

D) A condição estrutural do mercado de trabalho ou a utilização intensiva de mão de obra não são fatores que podem ocasionar diferenciação de alíquotas ou base de cálculo das contribuições sociais do empregador ou da empresa.

E) Os benefícios da seguridade social não podem ser criados ou majorados sem a correspondente fonte de custeio total, regra essa que não se aplica aos serviços da seguridade social.

30. FCC - Prefeitura de São Luiz-MA – 2016)

No que diz respeito à organização do sistema de seguridade social,

- A) o sistema de seguridade social pátrio compreende a proteção de direitos relativos à saúde, à previdência e à educação.
- B) as ações e serviços públicos de saúde são de acesso universal, com participação da sociedade e permitindo o atendimento não integral.
- C) as ações e serviços públicos de saúde estruturam-se por meio de um sistema único, com rede regionalizada e hierarquizada, além da descentralização e participação da sociedade.
- D) a sistematização constitucional da previdência privada se caracteriza, dentre outros elementos, pela proteção do trabalhador contra os riscos sociais e filiação prévia e compulsória dos segurados.
- E) as ações e serviços públicos na área da assistência social estruturam-se mediante um sistema único, com centralização político-administrativa da União, sem prejuízo de ações locais envolvendo as esferas estadual e municipal.

31. FCC - TCM-GO – 2015 - ADAPTADA)

O regime constitucional da previdência social prevê

- A) a possibilidade de filiação ao regime geral, como segurado facultativo, de participante de regime próprio de previdência.
- B) que, na previdência privada de caráter complementar, as contribuições do empregador integram, para os fins legais, a remuneração dos participantes.
- C) cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- D) o benefício do auxílio-reclusão, em favor de detentos de baixa renda.
- E) a impossibilidade de adoção de requisitos diferenciados para concessão de aposentadoria, com exceção da específica situação dos casos de atividades exercidas sob condições que prejudiquem a saúde.

Gabarito

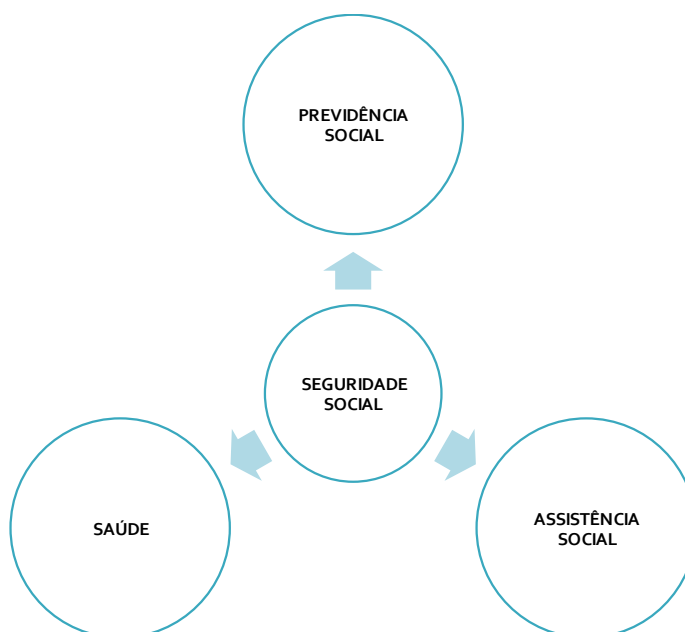
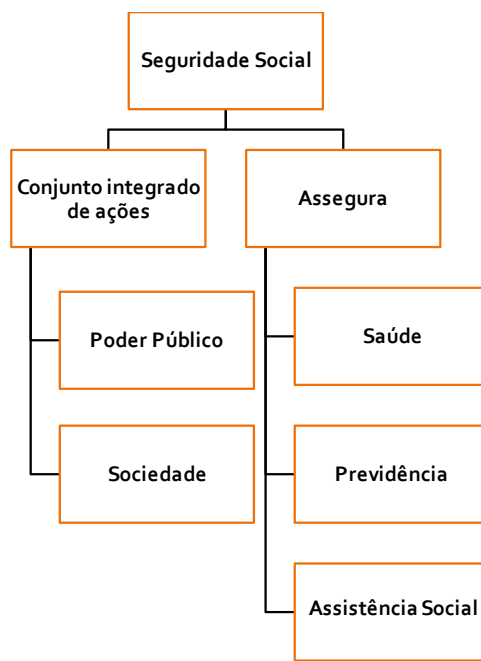
1. CERTO	11. CERTO	21. A
2. ERRADO	12. CERTO	22. E
3. ERRADO	13. B	23. E
4. CERTO	14. A	24. C
5. CERTO	15. ERRADO	25. C
6. CERTO	16. CERTO	26. A
7. ERRADO	17. D	27. C
8. ERRADO	18. D	28. A
9. ERRADO	19. B	29. B
10. CERTO	20. E	30. C

31. C

Resumo direcionado

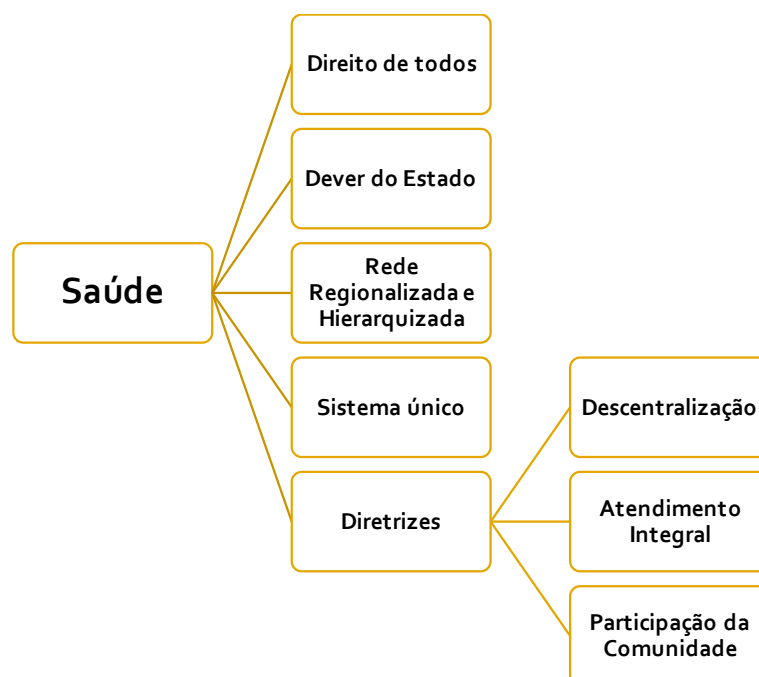
Veja a seguir um resumo dos aspectos mais importantes vistos nesta aula.

- Conceito destrinchado de Seguridade Social, previsto no art. 194, da CF/88:



- Quanto às principais características dos ramos da Seguridade Social:

- Saúde:



Iniciativa privada pode participar da assistência a saúde?

- SIM!

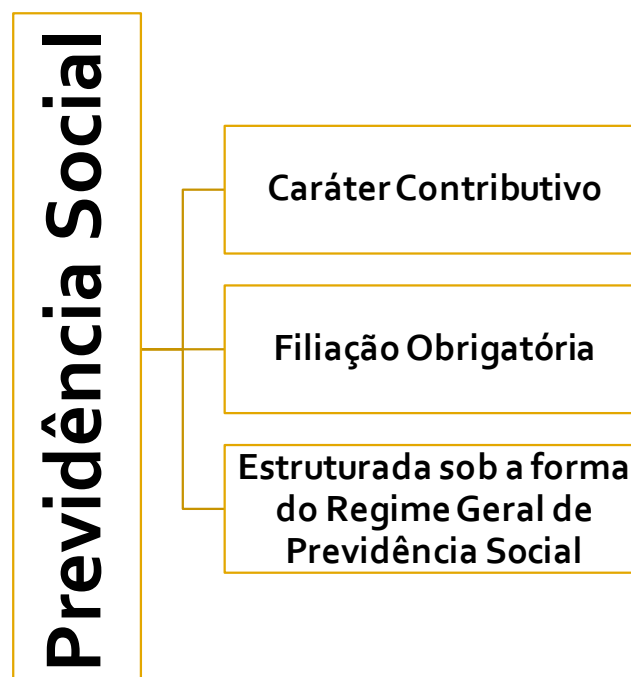
Entidades privadas com preferência para atuar de forma complementar ao SUS:

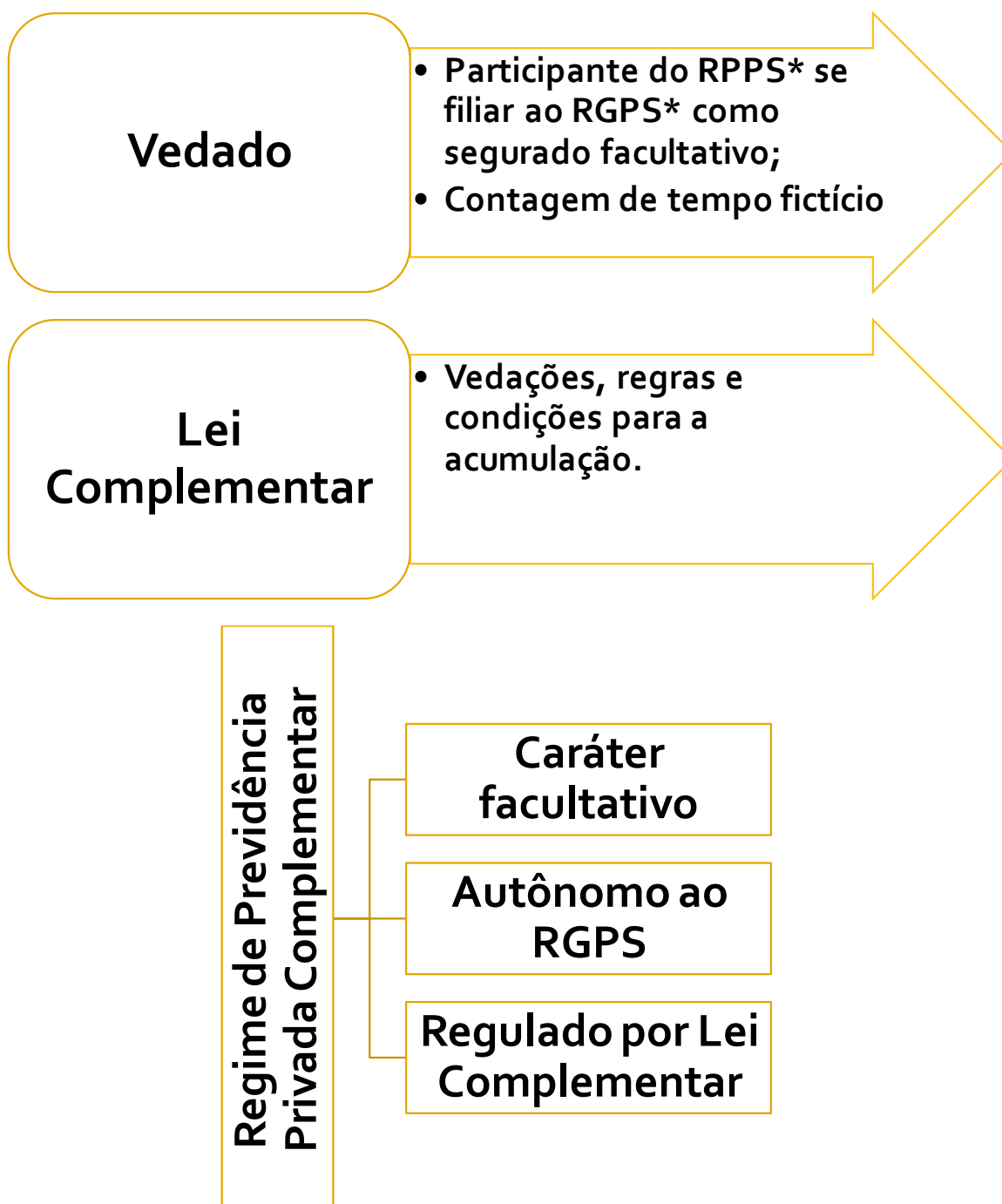
- Filantrópicas e sem fins lucrativos

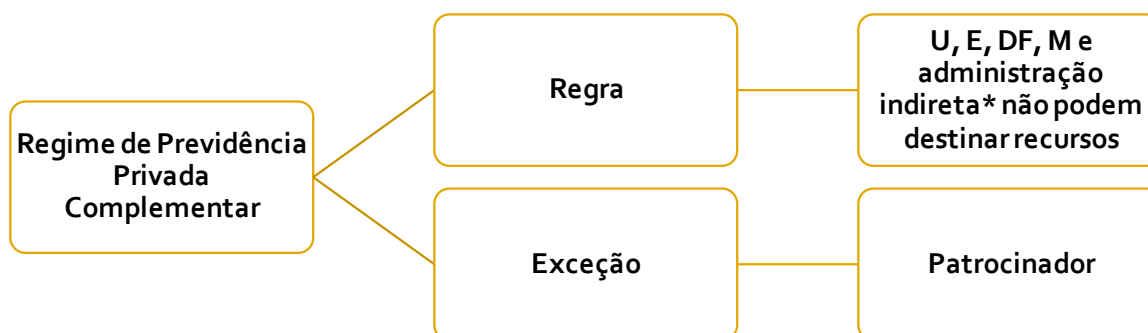
Participação de empresas ou capitais estrangeiros na saúde:

- Regra: proibida.
- Exceção: hipóteses previstas em lei

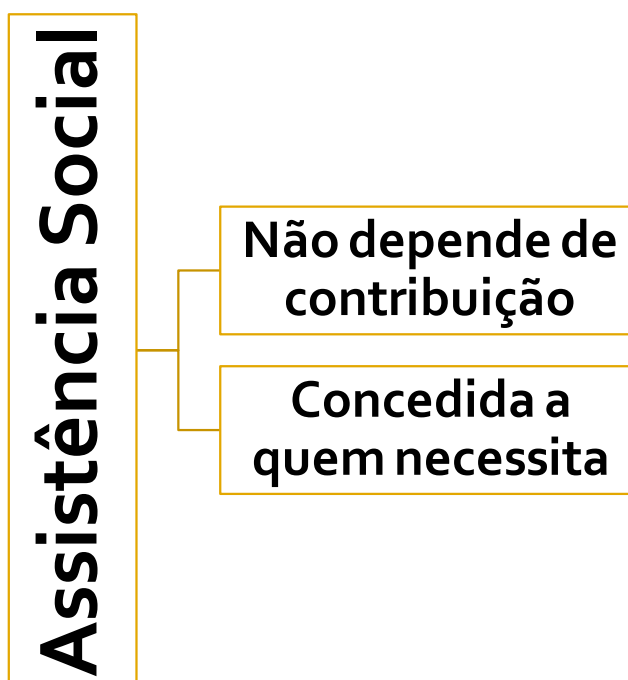
- Previdência Social:







- Assistência Social:





- Por fim, no que diz respeito ao custeio, atente-se para estes pontos:



Criação de outras fontes de custeio

- Depende de Lei Complementar

Criação, majoração ou extensão de benefício ou serviço

- Fonte de custeio total

Exigência de uma contribuição social

- Noventa dias após a publicação da lei que a criou ou a modificou